



Eletrobras
Amazonas Energia

Relatório de Administração

Exercício 2014

Ministério de
Minas e Energia



Sumário

1	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	4
2	RESUMO EXECUTIVO.....	6
3	PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA AMAZONENSE	10
4	REGULAÇÃO	13
4.1	AMBIENTE REGULATÓRIO DA CONCESSÃO	13
4.2	REAJUSTE TARIFÁRIO.....	13
4.3	PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D E PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE.....	14
4.3.1	<i>Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D.....</i>	<i>14</i>
4.3.2	<i>Projetos de Eficiência Energética – PEE</i>	<i>15</i>
4.4	OUVIDORIA	15
4.4.1	<i>Manifestações Recebidas</i>	<i>15</i>
4.4.2	<i>Destaques</i>	<i>16</i>
4.5	CONSELHO DE CONSUMIDORES	16
5	EXPANSÃO	18
5.1	INVESTIMENTOS REALIZADOS	18
5.2	PROGRAMA LUZ PARA TODOS - PLPT.....	19
5.3	PLANO DE EXPANSÃO – 2015/2017	20
6	COMERCIALIZAÇÃO	22
6.1	ATENDIMENTO AOS CONSUMIDORES.....	22
6.1.1	<i>Atendimento Telefônico e Virtual</i>	<i>22</i>
6.1.2	<i>Atendimento Presencial.....</i>	<i>22</i>
6.2	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	22
6.3	INCORPORAÇÃO DE NOVOS CONSUMIDORES EM 2014	25
6.4	FATURAMENTO BRUTO DE ENERGIA	25
6.5	INADIMPLÊNCIA.....	25
6.6	CONTRATOS DE COMPRA DE ENERGIA	27
6.6.1	<i>Contratos com Produtores Independentes de Energia</i>	<i>27</i>
6.6.2	<i>Contratos com Locação de Grupos Geradores de Energia.....</i>	<i>27</i>
6.6.3	<i>Compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada- ACR.....</i>	<i>27</i>
6.7	PERDAS DE ENERGIA ELÉTRICA	28
6.7.1	<i>Resultados Alcançados</i>	<i>28</i>
6.7.2	<i>Projetos de Regularização</i>	<i>30</i>
6.7.3	<i>Fatos Relevantes.....</i>	<i>31</i>
6.7.4	<i>Avaliação Geral.....</i>	<i>31</i>
7	DESEMPENHO OPERACIONAL	33
7.1	GLOBAL	33
7.2	NA CAPITAL.....	34
7.3	NO INTERIOR	35
8	DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO	38
8.1	LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	38
8.1.1	<i>Receita Operacional.....</i>	<i>38</i>
8.1.2	<i>Deduções à Receita Operacional</i>	<i>39</i>
8.2	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	39
8.3	INDICADORES EMPRESARIAIS.....	41
8.4	RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA.....	41
9	PESSOAS	44
9.1	COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	44

9.2	PROGRAMA DE APRENDIZAGEM E ESTÁGIO.....	44
9.3	EDUCAÇÃO CORPORATIVA.....	44
9.3.1	<i>Ações Educacionais Internas.....</i>	45
9.3.2	<i>Ações LUME.....</i>	45
9.3.3	<i>Ações Educacionais Corporativas.....</i>	45
9.3.4	<i>Ações Educacionais Específicas.....</i>	46
9.4	PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO – PCR E SISTEMA DE GESTÃO DE DESEMPENHO – SGD	46
9.5	BENEFÍCIOS E BEM-ESTAR SOCIAL.....	47
9.6	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT)	47
10	SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE	50
10.1	AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	50
10.1.1	<i>Programa de Equidade de Gênero e Raça</i>	50
10.1.2	<i>Projeto de Coleta Seletiva.....</i>	50
10.1.3	<i>Projeto Consumo Consciente</i>	50
10.1.4	<i>Ações voltadas para a comunidade.....</i>	50
10.2	AÇÕES DE MEIO AMBIENTE	51
10.2.1	<i>Licenciamentos Ambientais</i>	51
10.2.2	<i>Auditoria, Recuperação e Preservação Ambiental</i>	51
10.2.3	<i>Programas e Projetos Ambientais</i>	51
10.2.4	<i>Outras Ações Ambientais.....</i>	54
11	GESTÃO.....	56
11.1	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E DIRECIONAMENTOS	56
11.1.1	<i>Visão, Missão e Valores</i>	56
11.1.2	<i>Plano de Negócios</i>	56
11.2	GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	56
11.2.1	<i>Assembleia Geral</i>	57
11.2.2	<i>Conselho de Administração</i>	57
11.2.3	<i>Conselho Fiscal.....</i>	57
11.2.4	<i>Diretoria Executiva</i>	58
11.3	AUDITORIA.....	58
11.3.1	<i>Auditoria Interna</i>	58
11.3.2	<i>Atividades de Controle Interno</i>	59
11.3.3	<i>Acompanhamento das Ações Pelos Órgãos de Controle Externo.....</i>	59
11.4	LEI SARBANES-OXLEY – SOX	59
11.5	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	60
11.5.1	<i>Segurança da Informação.....</i>	60
11.5.2	<i>Melhoria de Desempenho.....</i>	61
11.5.3	<i>Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações</i>	61
11.6	ESCRITÓRIO DE PROJETOS	61
11.7	COMUNICAÇÃO	62
12	PRÊMIOS CONQUISTADOS	65
12.1	PRÊMIO IASC.....	65
12.2	PRÊMIO WEPs BRASIL 2014	65
12.3	CERTIFICADO DE EMPRESA CIDADÃ	65
13	BALANÇO SOCIAL	67

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Amazonas Distribuidora de Energia S/A apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos interessados.

Como fato marcante, registramos a continuidade da forte estiagem em nível nacional, em especial nas Regiões Sudeste e Nordeste, o que levou o Operador Nacional do Sistema - ONS a fazer uso intensivo da geração térmica no País, provocando a redução do fluxo de energia possível, sob o prisma elétrico, do Sistema Interligado Nacional-SIN para Manaus, fazendo com que a Empresa obtivesse fonte de receita importante com a liquidação de seus contratos de energia no Ambiente de Contratação Regulada-ACR, com reflexo positivo no seu fluxo de caixa.

Por outro lado, esse aumento dos custos continuados da energia em nível nacional, provocou um forte desequilíbrio no fluxo de recursos para a cobertura dos custos de geração no Estado do Amazonas, desde que o custo que era subvencionado pela Conta Consumo Combustível-CCC, passou a ser coberto pela Conta de Desenvolvimento Energético-CDE. Essa situação provocou problemas operacionais, principalmente nos municípios isolados, devido à escassez do combustível pela falta de pagamento, levando a empresa a celebrar acordo para pagamentos perante os fornecedores de Óleo Diesel e Gás e um termo de acordo de recebíveis junto a Eletrobras, gestora do fundo CDE, contemplando sustentação aos créditos que serão recebidos. Novo cenário se desenha para o próximo ano, com a previsão de regularização do fluxo de recursos para o Setor Elétrico.

Os efeitos plenos da interligação do Sistema Elétrico Isolado de Manaus ao Sistema Interligado Nacional – SIN, ocorrida em 2013 de forma física, serão alcançados no primeiro trimestre de 2015, em função da conclusão de todo o conjunto de obras de escoamento da energia previsto, assim como da segregação das atividades de Geração e Transmissão dos negócios da Distribuição. No decorrer de 2014, com a conclusão das principais obras de transmissão e distribuição, que permitiram o aumento da energia importada do SIN, obteve-se grande redução da geração por termelétricas a óleo em Manaus, mudando a matriz energética para 27% de geração térmica a óleo, 51% à gás, 15% de origem hidrelétrica e 7% de importação do SIN.

Desde o início de 2014 as obras da Usina Termelétrica Mauá 3 foram paralisadas pela empresa contratada, sob a alegação de desequilíbrio econômico e financeiro do Contrato. Desde então a Amazonas Energia vem tomando todas as medidas contratuais cabíveis no intuito de retornar as atividades que foram suspensas unilateralmente pela Contratada.

Registramos que importantes melhorias operacionais implantadas ao longo do ano propiciaram uma evolução positiva nos indicadores DEC e FEC, principalmente na Capital, onde o DEC teve uma melhora de 19% e o FEC de 10%. No interior do Estado os indicadores foram fortemente influenciados pelas restrições de abastecimento de combustível. O Mercado realizou abaixo do previsto, em especial na Classe Industrial, fruto do período de baixo crescimento da economia. No global, foi registrado um crescimento no consumo de 5,2%, impulsionado principalmente pela classe residencial, que cresceu 12,8% em relação ao mesmo período de 2013, seguido da classe comercial, com um incremento de 6,0%. Essa evolução teve forte contribuição do trabalho de combate às perdas de energia.

Nesse ambiente de grandes transformações, várias ações estão em andamento, com vistas ao ajuste necessário para a manutenção da qualidade do serviço, ações essas consignadas no presente Relatório.

Por fim, agradecemos aos nossos colaboradores pela dedicação no desempenho de suas atividades e, em especial, aos Senhores Conselheiros de Administração e Fiscal, cujo apoio e dedicação permitiram à Amazonas Energia cumprir com sucesso sua missão de atender com qualidade e confiabilidade o mercado de energia elétrica do Estado do Amazonas.

A Administração.

2. RESUMO EXECUTIVO

2 RESUMO EXECUTIVO

A finalidade deste tópico é de apresentar um resumo dos principais assuntos abordados no relatório, a seguir descritos, cujos detalhes poderão ser conhecidos durante sua leitura integral.

Foi iniciado em janeiro de 2013 o processo de separação das atividades de Geração & Transmissão das de Distribuição na Amazonas Energia, a partir da criação de uma nova empresa, no âmbito do sistema Eletrobras, denominada Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A., que será responsável pela operação e manutenção dos ativos de G&T. Como esse processo não pode ser concluído em 2014, ficando sua finalização prevista para acontecer no 1º semestre de 2015, ainda foram incluídas no presente Relatório, algumas informações vinculadas às atividades de geração e transmissão.

A empresa já realizou grande parte dos empreendimentos e obras previstos para atendimento ao seu mercado e à plena interligação ao SIN. As subestações de 138 kV e 230 kV já implantadas, possibilitam o atendimento da ordem de 400 MW, a partir do SIN, suprindo energia aos consumidores com melhor padrão de qualidade e segurança. Restam apenas a conclusão das obras da SE Compensa em 138 kV e sua respectiva linha de transmissão e do seccionamento de uma das linhas de Balbina na SE Lechuga, previstas para serem concluídas no primeiro semestre de 2015, cujo atraso se deu devido a problemas com fornecedores e dificuldades na implantação de torres em áreas de igarapés e densamente povoadas.

A construção da UTE Mauá 3 iniciou em 2013 e quando concluída, agregará ao sistema de geração uma potência instalada efetiva (líquida) de 570,4 MW, e poderá ser considerada a maior e única usina termelétrica a operar em ciclo combinado (gás natural + vapor) construída na região. Os principais benefícios esperados de sua implantação são os seguintes: i) Garantir o suprimento de energia de forma segura e confiável ao Sistema Manaus, cuja região de abrangência responde por 1,6% do PIB Nacional; ii) Assegurar o consumo de forma mais eficiente do volume de 2.300.000 m³/dia de gás natural; e iii) Reduzir sensivelmente as emissões de gases poluidores na atmosfera, pois além de operar com combustível menos poluidor, quando a usina estiver em pleno funcionamento, serão desativadas as termelétricas que hoje funcionam a base de óleo combustível. A construção da Usina está sendo realizada pela Construtora Andrade Gutierrez S/A conforme Contrato OC n° 83.599/2012. Em 10/01/2014, ocorreu a paralisação das atividades executivas do empreendimento por parte da empresa contratada, sob a alegação de desequilíbrio econômico e financeiro do Contrato, estando a Amazonas Energia tomando todas as medidas contratuais cabíveis para o retorno dessas atividades.

Os investimentos realizados em 2014 foram de R\$ 413 milhões. Desse total, R\$ 52 milhões (12,9%) foram aplicados no sistema de geração, R\$ 41 milhões (9,9%) no de transmissão, R\$ 176 milhões (42,6%) no de distribuição, R\$ 126 milhões (30,5%) no PLpT e R\$ 18 milhões (4,1%) nos programas de qualidade ambiental e de infraestrutura e apoio.

Devido a paralisação das obras pela contratada, o investimento realizado para a construção da UTE Mauá 3 foi de apenas R\$ 27 milhões. No Sistema de Transmissão, se destacam as obras de implantação das SE's Jorge Teixeira 230/138 kV e Mauá Três 230/138/69 kV e a implantação da LT Jorge Teixeira/Mauá III 230 kV com 13 km. De forma a garantir a qualidade e o aumento da capacidade do seu Sistema de Distribuição, a empresa aplicou recursos voltados para a redução das perdas técnicas e comerciais na Capital e interior do Estado e para a realização de obras de ampliação, expansão e modernização em linhas e subestações, com destaque para a implantação da SE Mutirão 138/13,8 kV, das LD's Jorge Teixeira/Mutirão 138 kV com 7,1 km e Mutirão/Cachoeira Grande 138 kV com 7 km e de 15 novos alimentadores 13,8 kV.

Com um investimento da ordem de R\$ 126 milhões, o Programa Luz para Todos – PLpT, ligou 11.226 unidades consumidoras em 2014. Desde o início da execução do Programa, foram construídos 17.943,32 km de rede de distribuição rural em média e baixa tensão e ligados 101.784 domicílios rurais, beneficiando uma população de aproximadamente 509.000 pessoas em todo o Estado do Amazonas. O acesso ao uso da energia elétrica, proporcionou a essas comunidades rurais maior conforto doméstico, disponibilização de serviços essenciais antes inexistentes e a possibilidade de maior incremento na criação de emprego e renda.

Dos recursos aplicados no programa de infraestrutura e apoio se sobressaem os voltados para a ampliação e manutenção dos ativos de informática e para a reforma e ampliação das unidades descentralizadas que propiciaram aos colaboradores um ambiente de trabalho mais confortável e seguro.

Em 2014 as perdas de energia continuaram a trajetória decrescente registrada a partir do ano de 2012, com uma redução de 0,70 p.p. em relação ao ano de 2013. Para chegar a este resultado, a empresa desembolsou o montante de R\$ 35,9 milhões (Custeio = R\$ 7,3 milhões e Investimento = R\$ 28,6 milhões) no combate às irregularidades detectadas, onde se destacam a adoção das seguintes ações e projetos estruturantes: **i)** realização de 122.169 inspeções com grau de efetividade de 60%, correspondendo a uma recuperação em energia de 122.668 MWh; **ii)** instalação de telemedição em 3.038 unidades consumidoras atendidas em 13,8kV já integradas ao Sistema Ajuri; **iii)** intensificação das operações especiais feitas em conjunto com o Instituto de Criminalística-IC e as Polícias Civil e Militar e a partir de outubro de 2014 com o IC e a Delegacia Especializada de Combate ao Furto de Serviços-DECFS; **iv)** Conclusão do projeto de modernização e automatização dos sistemas de medição das unidades consumidoras atendidas em 69 kV; **v)** continuação do projeto de instalação de 985 conjuntos encapsulados de medição externa em unidades consumidoras atendidas em 13,8 kV, tendo sido instalados 747 equipamentos e **vi)** continuação do projeto para substituição de 40.369 medidores obsoletos e danificados, já tendo sido substituídos 29.160.

Como resultante das diversas ações realizadas no sistema de distribuição da capital e do interior do Estado do Amazonas em 2014, os indicadores DEC Global e FEC Global apresentaram uma queda de 4% e 4,6%, respectivamente. O indicador apurado de DEC em Manaus apresentou uma forte redução de 19% em relação a 2013, enquanto que o FEC teve uma queda de 10%. Já no interior do Estado esses indicadores foram impactados pela restrição de geração, provocadas pela escassez de combustível, com o DEC crescendo 8% e o FEC caindo apenas 4,7%.

A empresa, por meio da energia importada do SIN e da energia gerada pela Hidrelétrica de Balbina e pelos parques termelétricos a óleo e a gás, garantiu a energia de 10.264 GWh requerida pelo mercado da capital e interior do Estado em 2014. A demanda máxima do sistema foi de 1.731 MW, superior 5,9% a realizada no ano anterior. No interior do Estado do Amazonas a empresa é responsável pela operação e manutenção do sistema térmico isolado para atendimento das sedes de 61 municípios e de 46 localidades, composto por 96 usinas termelétricas implantadas nas sedes de 58 municípios e em 46 localidades.

É importante salientar que em Manaus, devido ao aumento de 440% da energia importada do SIN e do crescimento de 11% da energia gerada a gás, houve uma queda de 19% da energia gerada por usinas termelétricas a óleo, proporcionando uma significativa economia de recursos financeiros, com redução dos impactos ambientais.

A empresa forneceu energia elétrica para 860.737 unidades consumidoras ativas, que consumiram 6.274 GWh em 2014 (5,2% maior que 2013) gerando um faturamento bruto de R\$ 1,8 bilhões. Além desses recursos oriundos da comercialização da energia, a empresa recebeu um subsídio no montante de R\$ 237 milhões da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e a receita de R\$ 1.769,7 milhões da energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que foi 491% superior à realizada em 2013.

Em 2014 a inadimplência no Estado foi de R\$ 187,8 milhões, apenas 1% maior do que a registrada em 2013, decorrente basicamente do aumento de 26,9% dos débitos da classe residencial na capital e do débito de R\$ 11,0 milhões que não foi pago pelo Governo do Estado. Por outro lado, o Índice de Inadimplência – INAD apresentou uma tendência decrescente, passando de 11,2% em 2012 para 9,7% em 2014.

Os Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, direcionados para a busca de inovações que façam frente aos desafios tecnológicos e de atendimento de seu mercado próprio, e os de Eficiência Energética - PEE, com ações de combate ao desperdício de energia elétrica, de melhoria da eficiência energética de equipamentos e de adoção de mudança de hábitos no uso da energia elétrica tiveram desenvolvimento regular. Atuando desde o ano 2000, a empresa

possui uma carteira de 41 projetos de P&D, dos quais 33 concluídos e 8 em andamento, com desembolso total de R\$ 23,7 milhões até 31/12/2014. No tocante aos Projetos de PEE a empresa possui uma carteira de 27 projetos (26 concluídos e 1 em andamento), com um valor total gasto até 31/12/2014 de R\$ 44,5 milhões.

De forma autônoma ou por meio de parcerias estratégicas a empresa vem desenvolvendo diversos programas socioambientais em observância às Política Ambiental e Política de Sustentabilidade da Eletrobras, visando a melhoria da qualidade de vida da população e o equilíbrio ambiental no Estado do Amazonas. Buscando sempre atuar em sintonia com os órgãos de licenciamento ambiental e urbanístico, são realizadas ações permanentes de treinamento, inspeções e auditorias ambientais, prevenção de acidentes, gestão de resíduos, redução das emissões de gases de efeito estufa, conservação de espécies ameaçadas de extinção, de reabilitação e soltura de espécies da fauna, de reflorestamento de áreas degradadas, de monitoramento da qualidade da água e de educação ambiental, que consolidam uma posição de vanguarda no trato das questões ambientais no setor elétrico brasileiro e mundial.

Em relação às ações de sustentabilidade, a Companhia desenvolve projetos e ações que proporcionam geração de renda, promoção de cidadania, preservação ambiental e educação sobre o uso eficiente e seguro da energia elétrica nas comunidades adjacentes a seus empreendimentos. Reafirma seu compromisso com a igualdade e direito de oportunidades entre homens e mulheres no ambiente empresarial, além de ser signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres - resultado da parceria da ONU Mulheres e o Pacto Global das Nações Unidas.

A empresa encerrou o ano de 2014, com 2.249 colaboradores, dos quais 2.110 pertencem ao quadro próprio, 104 são estagiários e 35 aprendizes. Destacamos a promoção do Plano de Incentivo ao Desligamento (PID) das Empresas do grupo Eletrobras, cujo período de inscrição foi de junho a julho de 2013, com a adesão de 143 empregados, que foram desligados ao longo do período de julho de 2013 a novembro de 2014, conforme turmas previamente estabelecidas, de acordo com a legislação trabalhista vigente.

Foram investidos R\$ 1,5 milhão com a realização de 1.212 ações educacionais, desembolsados R\$ 19 milhões para custear a assistência hospitalar, médica e odontológica e gastos R\$ 38 milhões com os principais benefícios oferecidos pela empresa, onde se destaca o Auxílio-Alimentação com um custo de R\$ 30 milhões.

3. PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA AMAZONENSE

3 PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA AMAZONENSE

A economia do Amazonas está diretamente ligada ao Polo Industrial de Manaus – PIM, propulsor do desenvolvimento regional. Em 2014 o faturamento global do PIM alcançou R\$ 87,2 bilhões, contra R\$ 83,2 bilhões do ano anterior, onde se destaca um crescimento mais acentuado na fabricação dos itens estratégicos de tablets, TVs, condicionadores de ar tipo split, bicicletas, celulares e bens de informática. No ano, a média de empregos diretos chegou a 122 mil, com o setor de Eletroeletrônicos sendo responsável por 44% das vagas e 49,3% do faturamento.

A capital concentra 82% do Produto Interno Bruto – PIB do Amazonas (R\$ 76,6 bilhões em 2013) que responde por 1,6% do PIB nacional, com quase a totalidade da produção fabril direcionada ao mercado nacional - 90% resto do país, 3% local e 7% exterior -, cuja demanda interna depende do mercado de trabalho, mercado de crédito e das transferências institucionais, com as oscilações nas transações comerciais repercutindo no ritmo da economia local. A condução da política econômica do Governo tem dado ênfase à manutenção do consumo, através de desoneração fiscal e tarifária, e expansão do crédito.

Existem expectativas positivas sobre o que poderá ocorrer nas atividades socioeconômicas do Estado do Amazonas nos anos vindouros, pois já existem vários empreendimentos à espera de oportunidade para que sejam efetivamente realizados, inclusive com grande potencialidade de sucesso: **i)** a operação da ponte Rio Negro tem facilitado o desenvolvimento dos municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Ayrão, e demais regiões do rio Solimões, seja no intercâmbio comercial, na logística de carga e produtos nativos, no turismo doméstico e ecológico, na ocupação imobiliária, na criação de assentamentos produtivos com escoamento eficiente, e na descoberta de novas demandas de serviços e oportunidades; **ii)** o Polo Industrial Naval de Manaus em toda a cadeia produtiva estima gerar 20 mil empregos, gozará dos benefícios da Zona Franca de Manaus – ZFM e créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, tornando-se a nova matriz econômica da região, com implantação prevista para os anos vindouros; **iii)** a retomada da construção da BR-319 (Manaus-Porto Velho), cujo funcionamento minimizará os custos no fluxo de mercadorias para o resto do país, especialmente para o escoamento da manufatura do PIM; **iv)** a interligação em plena carga ao Sistema Interligado Nacional (SIN), através da linha de transmissão de 500 kV Tucuruí-Manaus ocorrida em julho de 2013, cosolidando a oferta de energia na capital e nos municípios ligados à rede elétrica; **v)** a consolidação da matriz energética do gás natural nas termelétricas da região e nas linhas de produção das indústrias do PIM, com os ganhos de produtividade absorvendo os custos tarifários e de adequação dos equipamentos; **vi)** os investimentos estaduais nos sete municípios da Região Metropolitana de Manaus (RMM), em infraestrutura necessária ao desenvolvimento e incentivo na produção regional, levando em conta a vocação natural e a potencialidade econômica das localidades.

O Estado do Amazonas, com população de 3,54 milhões de habitantes, vem recebendo do governo federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2, um aporte que totalizará R\$ 15,32 bilhões em investimentos, sendo R\$ 11,57 bilhões entre os anos de 2011 e 2015 e R\$ 3,75 bilhões após esse período. Os investimentos estão distribuídos em seis diferentes eixos: Transportes, Energia, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida e Água e Luz para Todos, conforme descrito a seguir:

- O eixo de Transportes com aporte de R\$ 1.696,15 milhões para aplicação em empreendimentos exclusivos, que beneficiam tão somente a unidade federativa, e R\$ 422,92 milhões em empreendimentos regionais que abrangem mais de um Estado. As obras incluem aeroportos, portos no interior, construção e pavimentação de rodovias e estradas vicinais, pontes, dragagem e sinalização de rios;
- O eixo de Energia com R\$ 6.670 milhões para empreendimentos exclusivos e R\$ 3.103,96 milhões para a região Norte. Os setores beneficiados são: energia elétrica (geração, transmissão e distribuição), petróleo e gás, mineração, e pesquisa exploratória;

- O eixo Cidade Melhor dispõe de R\$ 398,14 milhões para serem aplicados na capital e nos municípios do interior nas áreas de saneamento público e melhorias sanitárias domiciliares, drenagem e recuperação ambiental, além de mobilidade e pavimentação urbana;
- O eixo Comunidade Cidadã disporá de R\$ 48,80 milhões até 2015 em Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Pronto Atendimento, Creches e Pré-escolas, Quadras esportivas nas escolas e Praças do Esporte e da Cultura. Essas obras incluem a capital e o interior do Estado;
- O eixo de habitação Minha Casa, Minha Vida contará com R\$ 2,011 bilhões até o final de 2015 e R\$ 126,28 milhões a partir de 2016. Abrange construções habitacionais, urbanização de áreas degradadas e assentamentos precários;
- O eixo Água e Luz para Todos disporá até 2015 do valor de R\$ 845,42 milhões para aplicação em universalização de energia à população, recursos hídricos e abastecimento de água nas escolas, áreas rurais e indígenas.

Em 2014, a carga de energia foi da ordem de 10.264 GW, evidenciando um crescimento de 6% em relação ao ano anterior, enquanto a carga de demanda de 1.731 MW cresceu 5,9% sobre o verificado no ano de 2013. A projeção dos requisitos de energia e demanda para o período 2015/2024, se baseou nas perspectivas de expansão moderada da economia amazonense descritas acima, apresentando um crescimento médio anual de 4,8% para a energia requerida e de 4,7% para a demanda, que exigirá investimentos constantes da Amazonas Energia, de forma a ofertar ao mercado uma prestação de serviço com qualidade e confiabilidade.

Requisitos	Energia (GW) Demanda (MW)										Crescimento Médio Anual (%)
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Energia	11.213	11.655	12.174	12.800	13.393	13.998	14.571	15.234	15.913	16.629	4,8
Demanda	1.752	1.822	1.885	1.962	2.042	2.132	2.226	2.337	2.457	2.584	4,7

4. REGULAÇÃO

4 REGULAÇÃO

4.1 Ambiente Regulatório da Concessão

Como concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, a Companhia está sujeita às exigências estabelecidas em seu contrato de concessão e às normas definidas pela ANEEL.

Ao passo que o ano de 2013 foi marcado pela redução de tarifa em função da Lei nº 12.783 de 11.01.2013, o ano de 2014 foi marcado pelo grande aumento no preço de compra da energia adquirida para revenda.

Com pouca água nos reservatórios das hidrelétricas, as distribuidoras tiveram que recorrer às usinas termelétricas, que produzem energia mais cara, o que conseqüentemente impacta na tarifa final cobrada do consumidor.

As distribuidoras, desde 2013, enfrentam significativas dificuldades para cumprirem suas obrigações, dispostas especialmente na Lei nº 10.848/2004 e no Decreto nº 5.163/2004, de contratar o montante de energia elétrica necessário para garantir o atendimento à totalidade de seus respectivos mercados consumidores.

Tais dificuldades têm como origem eventos aos quais as referidas concessionárias não deram causa, alheios à sua gestão, tais como:

(i) a redução compulsória de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEARs”) celebrados entre geradoras e distribuidoras, determinada pela Lei nº 12.783, de 11.01.2013 (“Lei nº 12.783/2013”);

(ii) a insuficiência das cotas de garantia física alocadas às distribuidoras, causada pela adesão de apenas parte das geradoras às condições de prorrogação de concessões determinadas pela Lei nº 12.783/2013;

(iii) transferência para as distribuidoras do risco hidrológico, ou seja, dos efeitos no mercado de curto prazo em decorrência de geração hidrelétrica equivalente de energia abaixo dos montantes contratuais, com a nova modalidade de contratos de cotas instituída pela Lei 12.783/2013;

(iv) cancelamento ou insuficiência de oferta em leilões de energia existente nos anos de 2012, 2013 e 2014; e,

(v) postergação da entrada em operação comercial de usinas hidrelétricas (p.ex., UHE Jirau e UHE Santo Antônio).

4.2 Reajuste Tarifário

Os contratos de concessão firmados entre as distribuidoras de energia elétrica e a União, por intermédio da ANEEL, estabelecem que anualmente deve ocorrer uma atualização do valor da energia paga pelo consumidor. Essa atualização, em função da metodologia estabelecida pela ANEEL, pode ser positiva ou negativa e ocorre anualmente, na data de aniversário da distribuidora.

Segundo o contrato de concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: A e B. Na parcela A, responsável por cerca de 70% do valor da tarifa, são relacionados os custos considerados não gerenciáveis pela distribuidora, ou seja, custos que independem do controle direto da Empresa, tais como a energia comprada para revenda aos consumidores e os encargos e tributos legalmente fixados.

Na parcela B, que representa cerca de 30% do valor da tarifa, são computados os custos chamados de gerenciáveis. São aqueles que a Empresa tem controle direto e plena capacidade de administrá-los, tais como custos de pessoal, custos de material e outras atividades vinculadas diretamente à operação e manutenção dos serviços de distribuição, custos de depreciação e a remuneração dos investimentos realizados pela Empresa para o atendimento do serviço.

No ano de 2014 ocorreu o Reajuste Tarifário Anual. O índice de reajuste para aplicação no período de novembro/2014 a outubro/2015 foi publicado na Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.815, de 29/10/2014, conforme apresentado na tabela a seguir:

Efeito Médio Percebido pelo Consumidor Cativo	
Grupo de Consumo	Variação Tarifária (%)
Alta Tensão >2,3 kV	22,63
BT – Baixa tensão < 2,3 kV	15,83
Efeito médio geral	18,62

4.3 Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Projetos de Eficiência Energética – PEE

Os Projetos de P&D desenvolvidos pela Amazonas Energia estão direcionados para a busca de inovações que façam frente aos desafios tecnológicos e de atendimento de seu mercado próprio; enquanto que os PEE objetivam demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica, de melhoria da eficiência energética de equipamentos e de adoção de mudança de hábitos no uso da energia elétrica, em consonância as diretrizes da Agência Reguladora, propiciando assim, melhoria na qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.

O quadro a seguir mostra a situação em 31/12/2014 dos investimentos nos Programas relativos ao P&D e PEE.

Projetos	Limite Regulatório	Recursos – R\$ mil		
		Saldo Contábil a Aplicar em Novos Projetos	Saldo de Projetos em Andamento	RC Aprovadas para Novos Projetos 2014
PEE	24.277	33.397	389	3.554
P&D	8.715	14.011	5.404	3.702

4.3.1 Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Amazonas Energia contrata a execução de Projetos de P&D desde o ano 2000, e já possui uma carteira de 41 projetos, dos quais 33 já foram concluídos (R\$15.798 mil) e 8 estão em andamento (R\$7.907 mil), com desembolso total de R\$ 23.705 mil até 31/12/2014. Do total de projetos, destacam-se 08 na tipologia Fontes Alternativas de Geração de Energia, 08 voltados para o Combate às Perdas Comerciais, 07 aplicados na busca de Eficiência Energética, 03 em Inovações, Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas de Energia Elétrica e 03 em dispositivos inovadores de segurança do Sistema de Distribuição.

Em cumprimento aos marcos regulatório da ANEEL do total de recursos aplicados pela Amazonas Energia em 2014 nos projetos de P&D, 72% no tema de Medição, faturamento e combate a perdas comerciais (MF), 13% em Qualidade e Confiabilidade dos Serviços de Energia Elétrica (QC), 10% em Segurança (SE) e 5% em Meio Ambiente (MA). Em 2014, a Amazonas Energia deu continuidade a 04 projetos de P&D iniciados em anos anteriores. Foram efetivamente desembolsados R\$ 3.702 mil, na execução de projetos de P&D, em 2014.

Estão em andamento 03 projetos de P&D: “Desenvolvimento de conjunto blindado para conexão de condutores de energia elétrica”; “Aquisição do Sistema de Monitoramento de Transformadores da Rede Secundária de Distribuição de Energia - SMT, parte integrante do Projeto Smart Grid Parintins”; “Recuperação de Mercado - Energia Segura com Inibidores de Furtos”.

O projeto “*Desenvolvimento de conjunto blindado para conexão de condutores de energia elétrica*” apresenta-se como um protótipo experimental para prova de conceito de caixa com barramento blindado que possibilite a conexão de múltiplos clientes e possibilite a suspensão de energia elétrica sem a necessidade de desconectar o cabo do barramento ao mesmo tempo protegendo os pontos de conexão evitando as fraudes;

O projeto “*Aquisição do Sistema de Monitoramento de Transformadores da Rede Secundária de Distribuição de Energia - SMT, parte integrante do Projeto Smart Grid Parintins*” irá monitorar e supervisionar 201 transformadores de distribuição na cidade de Parintins, na área de concessão da Amazonas Distribuidora de Energia S/A. O sistema dispõe de funcionalidades que permite realizar as atividades relacionadas ao monitoramento dos transformadores da rede secundária de distribuição de energia, medições e afinidades ligadas as exigências do PRODIST/ANEEL (Procedimento de Distribuição).

O projeto “*Recuperação de Mercado - Energia Segura com Inibidores de Furtos*” tem como objetivo principal dar continuidade ao desenvolvimento do Sistema Inibidor de Furtos, na fase de Desenvolvimento Experimental da Cadeia de Inovação Tecnológica do P&D, com base nas experiências em projetos anteriores executados na Ampla e na COELCE. Como a aplicabilidade e os requisitos específicos de cada circuito de BT variam em função da região, dos perfis de consumidores, dos tipos de circuitos e de sua potencialidade, os protótipos já desenvolvidos necessitam de adequações tecnológicas (up grades), assim como de desenvolvimentos adicionais para ser transformado em produto e ser possível a sua especificação em função de famílias de inibidores (clusters) visando a sua futura linha de produção, instalação e acompanhamento dos respectivos desempenhos.

4.3.2 Projetos de Eficiência Energética – PEE

A Amazonas Energia contrata a execução de Projetos de PEE desde o ano 2000, e já possui uma carteira de 27 projetos (17 na capital e 10 no interior do Estado do Amazonas), 01 projeto em andamento (01 na capital) em execução. O valor total gasto com projetos de PEE, até 31/12/2014, foi de R\$ 44.519 mil.

Em cumprimento aos marcos regulatórios da ANEEL, do total de recursos aplicados pela empresa em 2014 nos projetos de PEE, 99% foram direcionados para projetos com o tema Baixa Renda (BR) e 1% em Poderes Públicos (PP). Está em andamento 01 projeto de PEE: “Eficientização energética em 13 escolas municipais de Manaus”. Neste projeto, as ações de eficiência energética estão em execução. Em todos os projetos de PEE está prevista a destinação final e manufatura reversa dos materiais substituídos.

4.4 Ouvidoria

4.4.1 Manifestações Recebidas

As manifestações recebidas em 2014 através dos canais de acesso (site, telefone, e-mail, correspondência, atendimento presencial e Sistema de Gestão de Ouvidoria da ANEEL), resultaram em 3.507 registros para tratamento e acompanhamento, sendo 2.356 manifestações efetuadas diretamente na Ouvidoria da Concessionária (entre externas e internas) e 1.151 encaminhadas pela ANEEL, representando um acréscimo de 21% quando comparado ao exercício de 2013, que totalizou 2.907 registros.

Canal de Acesso	2013	2014	Varição 14/13 (%)
Amazonas Energia	2.132	2.352	10,3
ANEEL	767	1.151	50,1
Ouvidorias Demandas Internas	8	4	-50,0
Total	2.907	3.507	20,6

4.4.2 Destaques

i) a nova estrutura física da Ouvidoria, proporcionando maior conforto aos clientes e aos colaboradores, sendo adequada à Resolução Normativa n.º 470/2011, da ANEEL; **ii)** a implantação em outubro do Sistema Weblink de atendimento e gerenciamento das manifestações registradas na Ouvidoria; **iii)** as participações nos eventos “Encontro Nacional dos Secretários Executivos dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica”, “Reuniões do Fórum Nacional dos Ouvidores do Setor Elétrico” e “XIII Encontro Nacional dos Ouvidores do Setor Elétrico”; **iv)** apoio às ações do Conselho de Consumidores com participação nos Encontros Regionais e Nacionais e nas reuniões dirigidas aos secretários e presidentes, promovidas pela ANEEL; **v)** contínuo monitoramento das demandas registradas no Sistema de Informação ao Cidadão-SIC, controlado pela Controladoria Geral da União - CGU, em atendimento à Lei n.º 12.527/2011 e **vi)** execução de ações voltadas para a consecução das metas e indicadores, estabelecidos no planejamento estratégico empresarial.

4.5 Conselho de Consumidores

O Conselho de Consumidores da Amazonas Energia é uma entidade de caráter consultivo, não remunerado e sem personalidade jurídica, composto por cinco membros titulares e cinco suplentes indicados por entidades representativas das classes de consumidores (residencial, comercial, rural, industrial e poder público). Vale destacar que seu principal objetivo é representar os interesses dos consumidores junto à Concessionária e aos segmentos destas classes.

O Conselho, constituído e organizado em conformidade com a Resolução Normativa n.º 451/2011, realizou a 2ª Audiência Pública no dia 18/07/2014 em Manaus, com as temáticas: Tarifas Aplicadas – Bandeiras Tarifárias, Projeto Luz para Todos no Amazonas – Ações 2013 e Cronograma 2014 e Tarifa Pré-Paga pelo fornecimento de energia. Realizou também, o V Encontro dos Conselhos de Consumidores da Região Norte nos dias 3 e 4 de abril de 2014 em Manaus contando com a participação do representante da ANEEL e do Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica-ABRADEE como palestrantes. Durante o ano de 2014 o Conselho participou dos seguintes eventos: “Encontros Regionais dos Conselhos nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste”, “Encontro Nacional de Conselho de Consumidores de Energia”, “Encontro Nacional de Secretários Executivos dos Conselhos de Consumidores de Energia” e “1º Encontro de Conselheiros das Classes Residencial e Poder Público”.

5. EXPANSÃO

5 EXPANSÃO

5.1 Investimentos Realizados

Desde 2008, quando a Eletrobras centralizou a gestão de suas empresas de distribuição, até 2014, a Amazonas Energia realizou investimentos que totalizaram R\$ 3.750 milhões. Em 2014 a empresa previa investir o montante de R\$ 749 milhões e realizou apenas R\$ 413 milhões, valor 45% menor que o previsto. Tal fato se originou basicamente da baixa realização do investimento programado para a construção da UTE Mauá 3 decorrente da paralisação das atividades executivas do empreendimento durante o ano de 2014. Os investimentos realizados no período de 2008 a 2014 estão apresentados na tabela a seguir:

Investimentos Realizados 2008/2014 – R\$ milhões									
Programas	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Variação (%) 14/13	% de Participação 2014
Geração	115	56	137	100	280	548	52	- 90,5	12,9
Transmissão	41	74	37	98	54	82	41	- 50,0	9,9
Distribuição	53	74	102	133	274	296	176	- 57,4	42,6
Luz Para Todos	26	92	165	139	114	99	126	27,3	30,5
Qualidade Ambiental	-	-	-	-	-	-	4	-	0,7
Infraestrutura de Apoio	1	15	49	34	29	20	14	- 30,0	3,4
Total	236	311	490	504	751	1.045	413	- 60,5	100,0

Visando garantir a continuidade e confiabilidade do fornecimento de energia, não só na capital, como nas localidades do interior do Estado do Amazonas, a empresa investiu R\$ 52 milhões no Programa de Geração em 2014. Desse total, R\$ 27 milhões foram direcionados para a implantação da UTE Mauá 3 e os R\$ 25 milhões restantes foram aplicados na manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica do Estado do Amazonas e na ampliação da capacidade do Parque de Geração Térmica no interior do Estado.

Foram investidos R\$ 41 milhões no Sistema de Transmissão, onde se destacam a implantação das seguintes obras: **i)** SE Jorge Teixeira 230/138 kV (2x150 MVA); **ii)** SE Mauá Três 230/138/69 kV (230/138 kV - 3x150 MVA – 230/69 kV – 3x150 MVA); **iii)** LT 230 kV Jorge Teixeira/Mauá Três – CD 2x954 MCM – 13 km.

Os projetos e atividades desenvolvidos na rede de distribuição de energia elétrica impactam diretamente nos resultados dos indicadores DEC, FEC e TMAE e no nível de perdas técnicas e comerciais. Em 2014, a Amazonas Energia direcionou o montante de R\$ 176 milhões para a execução de ações voltadas para redução desses indicadores e das perdas na capital e no Interior do Estado e, de forma a garantir a qualidade e o aumento da capacidade de seu sistema de distribuição, executou obras e serviços para a ampliação, modernização, adequação e manutenção de subestações e redes de distribuição, onde se destacam: **i)** implantação da SE Mutirão 138/13,8 kV – 3x40 MVA – 120 MVA; **ii)** implantação da LD 138 kV Jorge Teixeira/Mutirão – CD 2x795 MCM – 7,1 km; **iii)** implantação da LD 138 kV Mutirão/Cachoeira Grande – 7 km; e, **iv)** implantação de 15 novos alimentadores 13,8 kV.

Em 2014 a empresa investiu R\$ 4 milhões na preservação e conservação ambiental em empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado do Amazonas. Já na manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento e na manutenção e adequação de bens móveis e imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, foi investido um montante de R\$ 14 milhões. Para a ampliação da rede rural de distribuição de energia elétrica no Amazonas (Programa Luz Para Todos), foi realizado em 2014 um investimento no montante de R\$ 126 milhões.

5.2 Programa Luz Para Todos - PLpT

O Programa Nacional da Universalização de Acesso e Uso da Energia Elétrica – PLpT, foi instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto n.º 4.873 de 11 de novembro de 2003. Sua execução foi prorrogada até 31/12/2018, por meio de Decreto Lei nº 83.387, de 30 de dezembro de 2014, de forma a propiciar o atendimento dos brasileiros da zona rural que ainda não tinham acesso aos serviços de energia elétrica. O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação da Eletrobras e das Empresas Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica.

Devido às peculiaridades da área de concessão da Amazonas Energia, principalmente as associadas à sua geografia econômica, dimensões territoriais continentais, logística de transportes e dificuldades de acesso, a execução do programa está requerendo um esforço gigantesco de todos os setores da Companhia envolvidos na execução do Programa, no sentido de que as dificuldades específicas dessa região sejam gradativamente superadas e as metas propostas sejam alcançadas.

Diversas ações são necessárias antes da execução das obras, dentre as quais se destacam: o levantamento técnico georeferenciado das localidades a serem atendidas, a fim de que seja definida a forma de atendimento mais adequada (rede de distribuição, geração descentralizada com uso de fontes de energia alternativas) e a execução de estudos dos impactos ambientais das obras para a obtenção de licença de implantação dos projetos junto aos órgãos competentes. Ao final da execução das obras, são elaborados os cadastros de todas as unidades atendidas e os as-builts de todas as construções, que são inseridos nos sistemas corporativos, destacando-se ainda as ações de fiscalização e o acompanhamento das obras.

Dentre as novas tecnologias necessárias para vencer as adversidades da Amazônia, a utilização dos cabos subaquáticos para realização de travessias de rios e lagos de grandes extensões ou de intensa navegação, tem se mostrado uma ótima alternativa em substituição a construção de novas usinas térmicas ou à instalação de torres. Seu uso tem possibilitado o atendimento de comunidades consideradas remotas (isoladas das isoladas) e, ao mesmo tempo, garantido a segurança da navegação e da população ribeirinha. Cabe ressaltar que este tipo de obra requer autorização da Marinha do Brasil, responsável pelo policiamento da costa brasileira e das águas interiores. Por essa razão, os projetos das travessias são elaborados em consonância com as Normas Técnicas Brasileiras (NBR) e com as normas da Marinha do Brasil (NORMAN), sendo submetidos à aprovação da mesma, antes das execuções das obras. No âmbito do Programa Luz para Todos no Estado do Amazonas, já foram lançados 77,9 km de cabos subaquáticos para interligação de 69 comunidades isoladas, em 24 municípios.

No âmbito do PLpT da Amazonas Energia, foi projetada e executada a construção de 12 (doze) Mini-usinas Fotovoltaicas com Minirredes associadas, e com um sistema inédito no Brasil, à época, de venda da energia para as unidades, utilizando o modelo de pré-pagamento. Foram atendidas 212 unidades consumidoras, distribuídas nas seguintes comunidades: Aracari, Sobrado e Bom Jesus do Puduari (município de Novo Airão); Terra Nova (município de Barcelos); Nossa Senhora do Carmo (município de Beruri); São Sebastião do Rio Preto (município de Autazes); Mourão e Santo Antônio (município de Eirunepé) e Santa Maria, São José, Santa Luzia e Nossa Senhora de Nazaré (município de Maués).

A Amazonas Energia elaborou um Projeto de Referência para atender 74 comunidades localizadas nos Municípios de Barcelos e Carauari, que serão atendidas por meio de mini-usinas, cujo projeto se encontra em fase de habilitação técnica na Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Foi elaborado o Termo de Referência para localização e identificação dos domicílios situados em regiões remotas em 4 calhas (Rio Negro, Madeira, Médio Solimões e Purus) do Estado do Amazonas, a fim de realizar o planejamento e os Projetos de Referência para o atendimento dessas comunidades que ainda não possuem o acesso ao uso da energia elétrica.

O quadro a seguir demonstra o resumo físico das obras realizadas pelo Programa desde o início de sua execução (2004 – 2014).

Quantidade de Obras	Domicílios		Extensão da Rede (km)			Postes	Nº de Transformadores	Potência Instalada (kVA)
	Em 2014	Até 2014	MT	BT	Total			
2.910	11.226	101.784	17.194,82	748,51	17.943,32	209.171	47.037	248.000

5.3 Plano de Expansão – 2015/2017

No quadro a seguir, estão relacionadas as principais obras previstas para expansão do Sistema de Distribuição, que além de garantir a melhoria na confiabilidade e qualidade do fornecimento de energia, promoverão também o reforço necessário ao sistema existente, possibilitando a consolidação da interligação ao Sistema Interligado Nacional-SIN.

Expansão do Sistema de Distribuição – 2015

Implantar a SE Compensa 138/13,8 kV – 2x40 MVA; implantar a LD 138 kV Cachoeira Grande / Compensa – CD 2x795 MCM – 10,0 km ; ampliar a SE Cachoeirinha 69/13,8 kV – 4º Trafo – 1x26,6 MVA; ampliar a SE Iranduba 69/13,8 kV – substituir dois TR 13,3 MVA por dois TR 26,6 MVA; implantar LD 69 kV Marapatá / Consumidor Especial – CS 1X477MCM – 0,5 km; implantar LD 69 kV Distrito Industrial / Consumidor Especial – CS 1X477MCM – 0,5 km; reconduzir LD 69 kV – 5 km – 477 MCM por 954 MCM;

Expansão do Sistema de Distribuição – 2016

Adequar a SE Mauá Três 138/69 kV (substituir 3 TR 138/69 kV – 150 MVA; implantar a SE Centro 138/13,8 kV – 4x40 MVA; Ampliar SE Mauá Três 138/69 kV – 4º Trafo – 1x150 MVA; ampliar a SE V8 69/13,8 kV (substituir 2 trafo de 13,3 MVA por 3 trafo de 26,6 MVA); ampliar SE Compensa 138/13,8 kV – 3º e 4º trafo – 40 MVA; ampliar SE cachoeira Grande 138/13,8 kV – 4º trafo – 40 MVA; implantar a SE Iranduba Dois 138/69/13,8 kV – (138/69 KV - 1x50 MVA) – (138/13,8 kV – 1x40 MVA); implantar LD 138 kV Compensa/Iranduba – CS-1x795 MCM – 20 km; implantar SE Manacapuru Dois 138/13,8 kV – 1x40 MVA; implantar LD 138 kV Iranduba/Manacapuru – CS-1x477 MCM – 70 km; ampliar SE Marapatá 69/13,8 kV – 3º Trafo – 1x40 MVA; reconduzir LD 69 kV – 5 km – 477 MCM por 954 MCM;

Expansão do Sistema de Distribuição – 2017

Ampliar SE Manaus 230/69 kV – 4º Trafo – 1x150 MVA; implantar a SE Itacoatiara 138/13,8 kV – 2x40 MVA; implantar LD 138 kV Silves (MTE) / Itacoatiara – CD 1x477 MCM – 65 km; implantar a SE Silves Dois 138/13,8 kV – 1x7,5 MVA; implantar LD 138 kV Silves (MTE) / Silves Dois – CS - 1x477 MCM – 10 km; implantação da SE Itapiranga 138/13,8 kV – 1x7,5 MVA; implantar LD 138 kV Silves Dois / Itapiranga – CS - 1x336,4 MCM – 21 km; implantar SE Amazonas 138/69/13,8 kV – (138/69 kV – 2x150 MVA) – (138/13,8 kV – 3x40 MVA); implantar LD 138 kV Lechuga / Amazonas – CD – 2x954 MCM – 3,4 km; implantar LD 69 kV Amazonas / Santo Antônio – CS – 1x1.272 MCM – 11 km; implantar a SE Distrito Três 138/13,8 kV – 3x40 MVA; implantar LT 138 kV Jorge Teixeira / Distrito Três – CD – 2x795 MCM – 4,1 km; implantar SE Rio Preto da Eva 138/13,8 kV – 2x20 MVA; implantar LD 138 kV Lechuga / Rio Preto – CS – 1x477 MCM – 55 km; reconduzir LD 69 kV – 10 km – 477 MCM por 954 MCM;

Além das obras de expansão de linhas de distribuição e subestações, serão também realizados serviços anuais de expansão e melhoria no segmento de Média Tensão – MT e Baixa Tensão, com a utilização de cabos isolados e tecnologia em Spacer Cable, instalação de equipamentos especiais, tais como capacitores, reguladores de tensão e religadores automatizados, visando a atender com qualidade e continuidade o fornecimento de energia elétrica aos consumidores.

6. COMERCIALIZAÇÃO

6 COMERCIALIZAÇÃO

6.1 Atendimento aos Consumidores

6.1.1 Atendimento Telefônico e Virtual

Os serviços de atendimento realizados por meio do telefone ou da internet, tem como principal característica a sua disponibilidade ininterrupta, ou seja, podem ser utilizados durante qualquer hora do dia. Essa prática de atendimento tem, ao longo dos últimos anos, proporcionado a redução da quantidade dos atendimentos físicos e aumentado a interação entre os consumidores e a Companhia. Em 2014, foram realizados 1.149.689 atendimentos, dos quais, 87,7% foram provenientes da Central de Atendimento. A Companhia disponibiliza o número 0800 701 3001 destinado ao atendimento de todos os clientes. O consumidor pode também se manifestar via internet, por meio do acesso ao site da Companhia (www.eletrobrasamazonas.com), que em 2014, foi responsável por 0,3% do total de atendimentos.

6.1.2 Atendimento Presencial

Conforme estabelece a regulamentação, a empresa disponibiliza atendimento presencial em todos os municípios do Estado. Em Manaus, esse atendimento é feito pela Agência situada na Rua 10 de Julho, nº 269 – Centro, funcionando de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min às 16h, e vem recebendo sucessivas melhorias na sua capacidade de atendimento e no conforto oferecido aos seus clientes. Pode ser feito também nos Postos de Atendimentos localizados nos PAC's (Pronto Atendimento ao Cidadão) localizados na Av. Noel Nutels S/N – Cidade Nova 2 e na Alameda Cosme Ferreira, nº 8.047 - São José, funcionando de segunda a sexta-feira, no horário das 08h as 16h.

6.2 Fornecimento de Energia Elétrica

Atualmente a Amazonas Energia possui como fontes de suprimento de energia elétrica para atendimento ao mercado, a conexão com o Sistema Interligado Nacional, a Hidrelétrica de Balbina, e os parques termelétricos a óleo e a gás, que garantem o atendimento ao mercado da capital e interior do Estado. A demanda máxima do sistema foi de 1.731 MW, ocorrida no mês de Outubro de 2014, superior 5,9% a realizada no ano anterior.

No interior do Estado do Amazonas a empresa é responsável pela operação e manutenção do sistema térmico isolado para atendimento das sedes de 61 municípios e de 46 localidades. O Sistema é composto por 96 usinas termelétricas implantadas nas sedes de 58 municípios e em 46 localidades, constituídas por 658 grupos geradores com motores a combustão interna a partir de óleo diesel, sendo 255 grupos geradores próprios e 402 alugados totalizando 540 MW de potência nominal instalada.

A energia requerida foi de 10.264 GWh e abaixo está apresentada a sua composição por fonte de Suprimento e a comparação com o ano anterior.

Energia Requerida no Estado do Amazonas - GWh

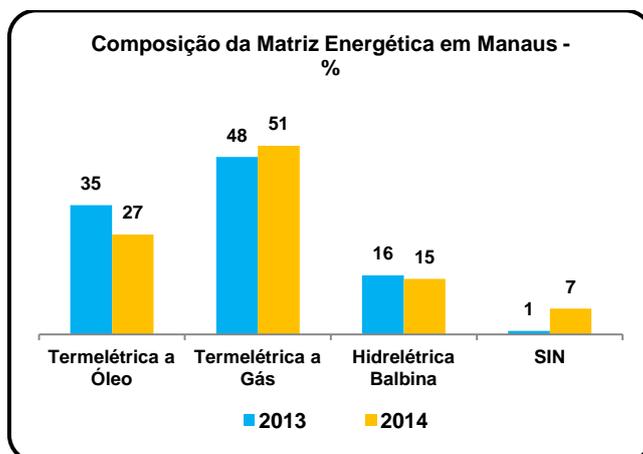
Fonte de Suprimento	2014	2013	Varição (%) 14/13
Termelétrica a Óleo	3.709	4.128	-10
Termelétrica a Gás	4.614	4.144	11
Hidrelétrica Balbina	1.314	1.324	- 1
SIN	627	116	440
Total	10.264	9.712	6

É importante salientar que em Manaus, o aumento de 440% da energia importada do SIN e o crescimento de 11% da energia gerada a gás, resultou numa diminuição de 19% da energia gerada por usinas termelétricas a óleo, proporcionando uma significativa economia de recursos financeiros, com redução dos impactos ambientais. A tabela e o gráfico a seguir apresentam,

respectivamente, a energia requerida por fonte de suprimento para atender o mercado de Manaus e a composição da matriz energética da capital do Estado do Amazonas.

Energia Requerida em Manaus

Fonte de Suprimento	2014		2013		Variação (%) 14/13
	GWh	% de Participação	GWh	% de Participação	
Termelétrica a Óleo	2.426	27	2.990	35	- 19
Termelétrica a Gás	4.609	51	4.144	48	11
Hidrelétrica Balbina	1.314	15	1.324	16	- 1
SIN	627	7	116	1	440
Total	8.976	100	8.574	100	5



Ao final do ano registramos o fornecimento de energia para 860.737 consumidores ativos, com crescimento anual de 4,0%, com um consumo faturado de 6.274 GWh, equivalendo a um crescimento de 5,2% sobre o ano de 2013.

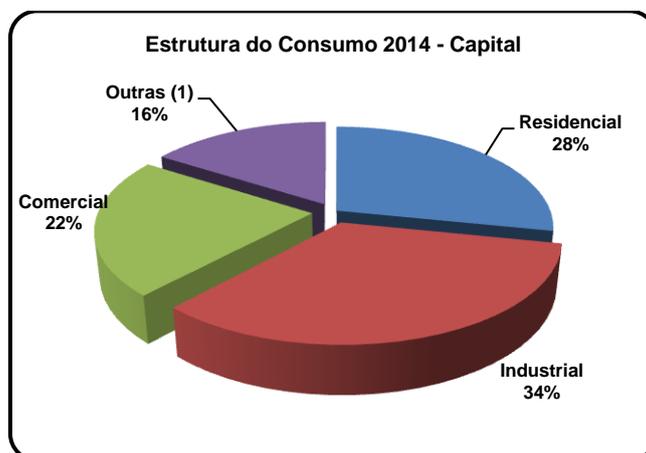
A capital registrou 506.169 consumidores, representando um incremento de 3,1% em relação ao existente em 2013, enquanto que a energia consumida cresceu 4,7%, com destaque para o aumento registrado no consumo da classe residencial de 13,8% sobre o ano anterior. O quadro a seguir apresenta, por classe de consumo, o número de consumidores e o fornecimento de energia elétrica na capital:

Fornecimento de Energia Elétrica - Capital

Classes de Consumo	Nº de Consumidores			Consumo (GWh)		
	2014	2013	Variação (%) 14/13	2014	2013	Variação (%) 14/13
Residencial	455.072	439.974	3,4	1.427,96	1.255,32	13,8
Industrial	1.966	2.057	-4,4	1.705,36	1.709,34	-0,2
Comercial	45.386	44.955	1,0	1.122,74	1.064,18	5,5
Outras (1)	3.745	3.766	0,0	807,67	807,41	0,0
Total	506.169	490.752	3,1	5.063,73	4.836,25	4,7

(1) Inclui o consumo próprio [próprio + interno]

No gráfico a seguir, apresentamos a segmentação do mercado de energia elétrica entre as principais classes de consumo na capital, com destaque para a queda na representatividade da classe industrial em relação a 2013, de 35% para 34%, decorrente da desaceleração produtiva das indústrias que compõem o PIM. A participação do consumo residencial aumentou de 26% para 28%, e a classe comercial manteve a participação de 22%. A classe Outras inclui o consumo das classes Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos e Consumo Próprio, que corresponderam a 16% do consumo total.

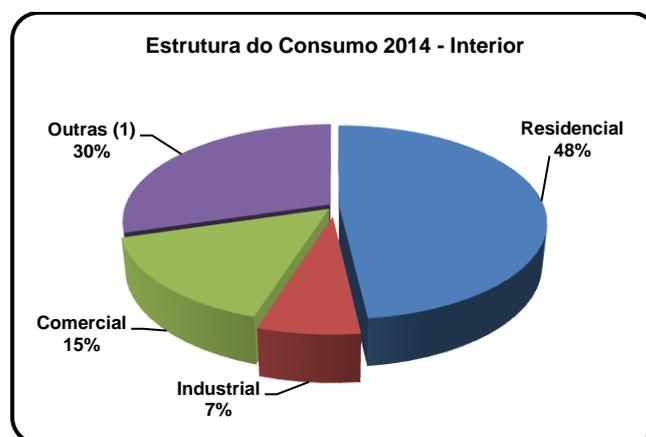


No interior, foi alcançado o número de 354.568 consumidores ativos, distribuídos por um território de 1.566.419 km², onde grande parte das localidades possui menos de 1.000 consumidores. No ano de 2014, o total do fornecimento de energia elétrica no interior do Amazonas foi de 1.211 GWh, apresentando um crescimento anual de 7,2%. A estrutura de consumo do interior do Estado é predominantemente residencial, representando 48% do mercado, contra apenas 7% de consumo industrial, 15% de consumo comercial e as demais classes juntas com 30% de participação.

Fornecimento de Energia Elétrica - Interior

Classes de Consumo	Nº de Consumidores			Consumo (GWh)		
	2014	2013	Variação (%) 14/13	2014	2013	Variação (%) 14/13
Residencial	278.695	262.402	6,2	583,44	527,82	10,5
Industrial	1.116	1.101	1,3	81,15	74,54	8,8
Comercial	26.364	25.230	4,5	187,34	171,90	9,0
Outras (1)	48.393	47.750	1,3	359,17	355,20	1,1
Total	354.568	336.483	5,3	1.211,10	1.129,46	7,2

(1) Inclui o consumo próprio [próprio + interno]



6.3 Incorporação de Novos Consumidores em 2014

A empresa realizou no Estado 33.502 novas ligações, sendo 31.391 residenciais, 1.565 comerciais e 622 nas outras classes. Destaque para a classe industrial que teve redução de 76 consumidores em relação a 2013, refletindo o encolhimento da produção fabril no ano passado.

6.4 Faturamento Bruto de Energia

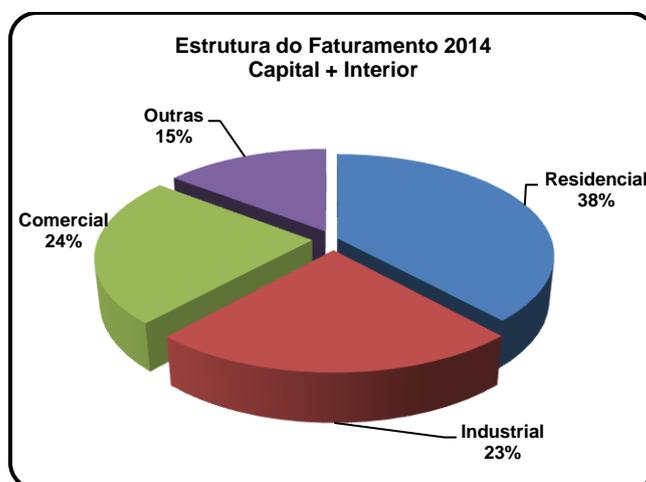
Em 2014 o faturamento bruto totalizou R\$ 1.783 milhões, representando um aumento de 3,96% sobre o ano anterior. O quadro e o gráfico a seguir apresentam, respectivamente, a comparação entre os anos de 2014 e 2013 da energia faturada por classe e sua composição em 2014.

Além dessa receita de comercialização, a empresa recebeu um subsídio no montante de R\$ 237,0 milhões da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE, uma receita de R\$ 1.769,7 milhões proveniente da energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE e de R\$ 82,1 milhões decorrente do registro dos ativos regulatórios.

Faturamento de Energia - R\$ mil (1)			
Fornecimento de Energia por Classe	2014	2013	Varição 14/13 (%)
Residencial	681.041	595.882	14,29
Industrial	418.981	438.116	- 4,37
Comercial	424.298	417.106	1,72
Outras (2)	258.644	263.999	- 2,03
Total	1.782.964	1.715.103	3,96

(1) Inclui apenas o faturamento derivado do fornecimento de energia elétrica, não incluso, portanto, as demais receitas que compõem a Receita Bruta da Companhia.

(2) Não inclui o consumo próprio [próprio + interno] e Fornecimento Não-Faturado.



6.5 Inadimplência

Para a redução do grau de inadimplência, realizaram-se ações de cobrança administrativa e de suspensão de fornecimento de energia elétrica, conforme Régua de Cobrança estabelecida, que redundaram no volume de operações apresentadas na tabela a seguir:

Muito embora, devido a restrições de orçamento, a empresa tenha gerado menos 36,1% ordens de corte em relação a 2013, a quantidade de cortes executados cresceu 75,3% e o grau de execução passou de 22,4% em 2013 para 61,6% em 2014. Destacamos o crescimento de 666,0% das ações de cobrança jurídica e de 20,7% de cobrança administrativa parcelada.

Discriminação	2014	2013	Variação 14/13 (%)
Cortes Gerados	123.947	194.129	- 36,1
Executados	76.407	43.586	75,3
% de Execução dos Cortes	61,6	22,4	-
SPC e SERASA – (R\$ mil)	156.773	210.362	- 25,5
Cobrança Jurídica - (R\$ mil)	74.043	9.666	666,0
Cobrança Administrativa à Vista – (R\$ mil)	8.766	9.637	- 9,0
Cobrança Administrativa Total Parcelada – (R\$ mil)	54.941	42.527	20,7

A inadimplência no Estado alcançou, em dezembro de 2014, o saldo de R\$ 187,8, milhões contra R\$ 185,8 milhões em dezembro de 2013, representando um aumento de apenas 1,1%, basicamente causado pelo aumento de 26,9% dos débitos da classe residencial na capital e do débito de R\$ 11,0 milhões que não foi pago pelo Governo do Estado, conforme demonstra o quadro abaixo:

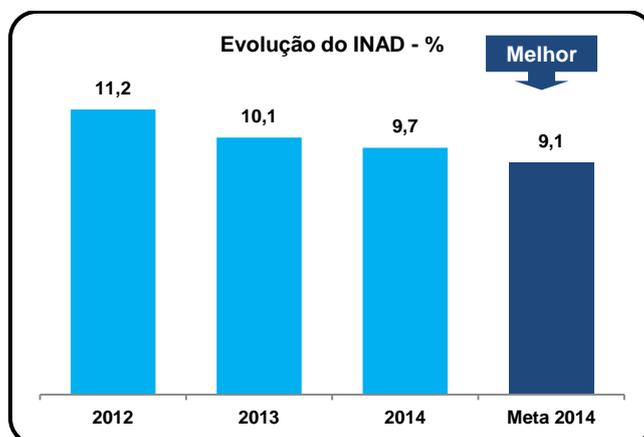
Inadimplência por Classe – R\$ milhões – (1)

Classe de Consumo	Capital			Interior			Total		
	2014	2013	Variação 14/13 (%)	2014	2013	Variação 14/13 (%)	2014	2013	Variação 14/13 (%)
Residencial	60,3	47,5	26,9	23,1	22,1	4,5	83,4	69,6	19,8
Industrial	15,7	18,3	- 14,2	5,4	6,6	- 18,2	21,1	24,9	- 15,3
Comercial	25,1	25,2	- 0,4	6,3	5,5	14,5	31,4	30,7	2,3
Rural	0,2	0,3	- 33,3	2,4	2,9	- 17,2	2,6	3,2	- 18,8
P. Público Municipal	1,0	3,9	- 74,4	12,4	15,3	- 19,0	13,4	19,2	- 30,2
P. Público Estadual	6,7	1,0	570,0	4,3	2,0	115,0	11,0	3,0	266,7
P. Público Federal	2,1	2,2	- 4,5	1,0	1,0	0,0	3,1	3,2	- 3,1
Illum. Pública	0,0	0,0	-	1,0	1,4	- 28,6	1,0	1,4	-28,6
Serv. Público	0,0	5,2	-	20,8	25,4	- 18,1	20,8	30,6	- 32,0
Total Geral	111,1	103,6	7,2	76,7	82,2	- 6,7	187,8	185,8	1,1

(1) Não inclui os débitos vincendos

Vale a pena destacar que todos os órgãos do Poder Público têm sido notificados com a proposta de negociação dos seus débitos em condições adequadas e com a inclusão no CADIN no caso de inadimplemento, com comunicação ao Tribunal de Contas do Estado.

Saliente-se também que, muito embora o Índice de Inadimplência – INAD, que representa a relação entre o estoque dos débitos e a soma do faturamento dos últimos doze meses, não tenha alcançado a meta programada para 2014 (o realizado foi superior à meta em 6,6%), sua evolução apresenta uma tendência decrescente, passando de 11,2% em 2012 para 9,7% em 2014, conforme demonstra o gráfico a seguir:



6.6 Contratos de Compra de Energia

6.6.1 Contratos com Produtores Independentes de Energia

A Amazonas Energia possui contratos para suprimento de energia para a capital amazonense com cinco Produtores Independentes de Energia – PIEs. Esses contratos foram assinados em 2005 com vigência de 20 anos. A tabela a seguir demonstra o desempenho desses PIEs no exercício de 2014:

Produtor Independente	Potência Contratada (MW)	Média Potência Garantida (MW)	Disponibilidade de Potência Contratada (%)	Quantidade de Energia Comprada (MWh)
Geradora de Energia do Amazonas S/A	60	59,61	99,35	528.251
Companhia Energética Manauara	60	60,00	100,00	520.462
Rio Amazonas Energia S/A	65	64,80	99,69	568.927
Breitener Tambaqui S/A.	60	59,88	99,80	529.198
Breitener Jaraqui S/A.	60	59,93	99,89	529.802

6.6.2 Contratos com Locação de Grupos Geradores de Energia

Desde 2010 a Amazonas Energia possui contratos de Locação de Grupos Geradores com disponibilidade de potência total de 470 MW, sendo que em julho/2014 esse total foi reduzido para 370 MW. Em atenção à recomendação dada pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) através da Nota Técnica 026/2013 todos os contratos tiveram seu prazo de locação prorrogados até 31/12/2014. A tabela a seguir demonstra o desempenho desses contratos no exercício de 2014.

Localização	Locadora	Potência Contratada (MW)	Disponibilidade de Potência Contratada (%)	Término do Prazo de Locação
UTE Flores	Aggreko Energia Locação de Geradores Ltda	40	99,87	31/12/2014
UTE Flores	Powertech Comercial Ltda	20	95,11	31/12/2014
UTE Flores	Oliveira Energia Geração e Serviço Ltda	20	91,97	31/12/2014
UTE Cidade Nova	Genrent do Brasil Ltda	20	94,23	31/12/2014
UTE Distrito	Genrent do Brasil Ltda	40	87,59	31/12/2014
UTE São José	Oliveira Energia Geração e Serviço Ltda	20	81,53	31/12/2014
UTE São José	Powertech Comercial Ltda	30	84,18	31/12/2014
UTE Mauá (Bl. V)	Genrent do Brasil Ltda	30	85,11	31/12/2014
UTE Mauá (Bl.V)	Oliveira Energia Geração e Serviço Ltda	30	86,29	31/12/2014
UTE Mauá (Bl.VII)	Powertech Comercial Ltda	30	83,11	30/07/2014
UTE Mauá (Bl. VI)	Genrent do Brasil Ltda	140	74,56	30/07/2014
UTE Mauá (Bl. VI)	Genrent do Brasil Ltda	70	94,01	31/12/2014
UTE Iranduba	Ebrasil Norte Geração de Energia Ltda	50	85,74	31/12/2014

6.6.3 Compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada-

ACR

A Amazonas Energia foi conectada ao SIN em 09/07/2013 pela SE Lechuga. Entretanto, segundo a portaria MME nº 258/13, a plena interligação do Sistema Manaus ao SIN ficou condicionada à efetiva operação comercial das instalações de transmissão, inclusive as instalações de âmbito da distribuição, com atendimento de condições técnicas equivalentes às do SIN, conforme regulação da ANEEL.

Desse modo, a Amazonas Energia está limitada a receber apenas parte da energia contratada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. A energia contratada e não recepcionada está

sendo liquidada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no Mercado de Curto Prazo - MCP ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD em favor da Companhia.

Importante ressaltar que os despachos de geração térmica serão reduzidos gradativamente à medida que a configuração do sistema receptor de Manaus for evoluindo e houver disponibilidade de energia hidráulica no SIN.

Nas tabelas a seguir constam os leilões que a Companhia já participou, com os respectivos montantes de energia comprada e tarifas praticadas.

Fontes Alternativas						
Leilão	Edital	Fonte	Início	Total de Energia Comprada (MWh)	MW médio	Preço Médio por MWh (R\$)
2º (A-3)	jul/10	Hidroelétrica	1/1/2013	4.799.929	18,25	146,99
		Biomassa e Eólica		44.322.323	252,81	134,23

Fonte: CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

Energia Nova						
Leilão	Edital	Fonte	Início	Total de Energia Comprada (MWh)	MW médio	Preço Médio por MWh (R\$)
UHE Jirau	mai/08	Hidrelétrica	1/2/2013	16.692.185	66,20	71,37
7º (A-5)	mar/08	Hidroelétrica	1/9/2016	1.444.391	5,49	98,98
		Outras Fontes	1/1/2013	9.280.259	70,59	145,23
8º (A-3)	fev/09	Hidroelétrica	1/1/2012	24.204	0,09	144,00
		Outras Fontes		121.020	0,92	144,60
Belo Monte	jun/09	Hidrelétrica	1/1/2015	13.524.031	53,47	77,97
10º (A-5)	mar/10	Hidrelétrica	1/1/2015	3.602.279	13,70	99,48
11º (A-5)	abr/10	Hidrelétrica	1/1/2015	10.663.491	40,547	67,31
12º (A-3)	jul/11	Hidrelétrica	1/3/2014	5.918.787	22,63	102,00
		Outras Fontes	1/3/2014	21.746.963	125,05	102,09

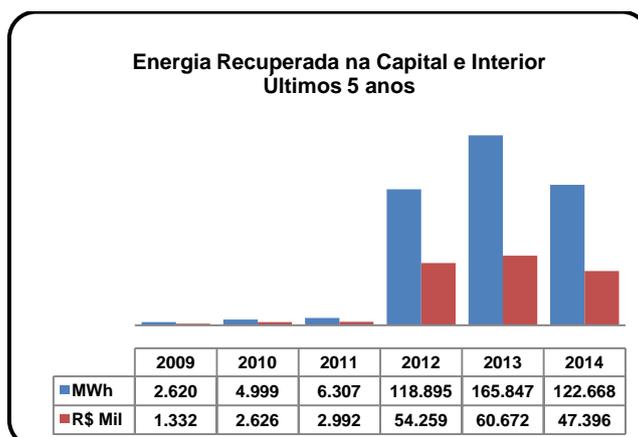
Fonte: CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

Em 2014, iniciaram a operação de 27 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica – CCEAR, que somados aos 46 que já haviam iniciado em 2012, totalizam 76 contratos em vigência. Também em 2014, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.666/13, estabeleceu a cota de custeio referente às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA para a Amazonas Energia destinando para esta distribuidora 146.756,17 MWh.

6.7 Perdas de Energia Elétrica

6.7.1 Resultados Alcançados

Foram realizadas 122.169 inspeções em unidades consumidoras, com a identificação e correção de 73.544 irregularidades (fraudes, desvios e falhas na medição), num percentual de assertividade de 60%, o que contribuiu com a recuperação em energia de 122.668 MWh. O gráfico a seguir mostra a evolução da energia recuperada para o período 2009/2014:



Ao final do ano de 2014 foi contabilizado 4.279 unidades consumidoras atendidas em 13,8 kV (2.835 do Grupo A4 e 1.444 Optantes), sendo 3.045 telemedidas, das quais 3.038 integradas ao Sistema Ajuri. Também estão telemedidas e possuindo faturamento automatizado integrado ao sistema Ajuri 49 unidades do Grupo B (projeto piloto) e 34 unidades consumidoras atendidas em 69 kV do Grupo A3.

Foram realizadas operações especiais de fiscalização feitas em conjunto com o Instituto de Criminalística (IC) e Polícia Civil e Militar, e a partir de outubro de 2014 com o IC e a Delegacia Especializada de Combate ao Furto de Serviços (DECFS), com grande repercussão na imprensa local, dentre as quais destacamos:

i) Inspeccionados 62 apartamentos clandestinos (50 estavam desabitados e 12 habitados) em condomínio de luxo (Smille) localizado em bairro nobre de Manaus;

ii) Flagrada indústria que atua no ramo de metalurgia furtando energia por meio de uma subestação clandestina de 112,5 kVA. A ação propiciou uma recuperação de 06 meses de consumo, que foi estimado em 104,7 MWh, o equivalente a R\$ 38.652,65;

iii) No ramal do Bancrévea, região do Tarumã, foi descoberta uma mansão com desvio de energia e três ligações clandestinas para atender atividade de construção de estaleiro. A operação foi amplamente divulgada em veículos de comunicação local (jornal impresso e portais web), tendo sido matéria de CAPA do jornal Diário do Amazonas;

iv) Na área da Feira da Banana na Panair, além das retiradas de ganchos clandestinos da rede da distribuidora, foram encontradas irregularidades em uma balsa frigorífica e em uma fábrica de gelo, que causaram prejuízos estimados para a empresa de 530 MWh.

v) Na Zona Leste foram inspeccionadas quatro unidades consumidoras com ligações irregulares, sendo: uma Recicladora de Plástico, uma Beneficiadora de Embalagem Plástica, uma Empresa de Construção Elétrica e Reforma de Transformadores e um Galpão de armazenamento e fabricação de artefatos de cimento. Todas as unidades estavam furtando energia elétrica, onde os prejuízos estimados pela Distribuidora ultrapassaram 2.000 MWh.

Os quadros a seguir mostram, respectivamente, o resumo das operações especiais e da retirada de clandestinos na rede de média tensão em 2014:

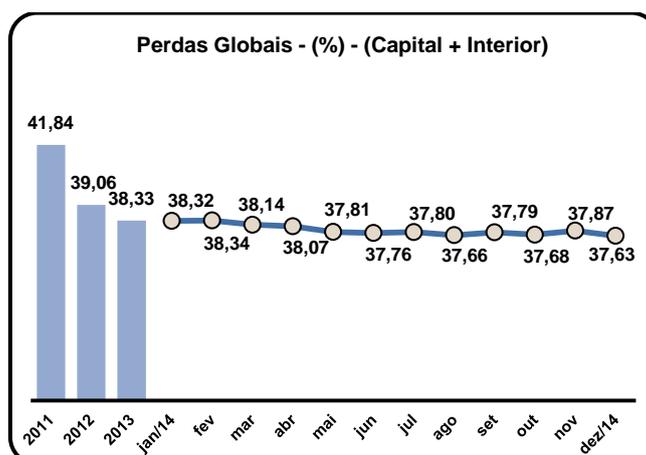
Resumo das Operações Especiais em MT – 2014

Quantidades de Operações	5
Total de Transformadores desligados (todos de média tensão)	1
Total de Potência de Transformadores (kVA)	112,5
Total de Energia recuperada (GWh)	0,33

Resumo da Retirada de Clandestinos da MT – 2014

Total de Transformadores Regularizados	93
Total de Potência de Transformadores (kVA)	1.680
Total de Transformadores Desligados	120
Total de Potência de Transformadores (kVA)	2.065,5

Para execução do plano de combate às perdas foi desembolsado em 2014 o montante de R\$ 35,9 milhões (Custeio = R\$ 7,3 milhões e Investimento = R\$ 28,6 milhões). Durante o ano obteve-se uma redução de 0,70 p.p. (pontos percentuais) no índice de perda global em relação a 2013. O gráfico a seguir apresenta a evolução das Perdas Globais para o período 2011/2014.



6.7.2 Projetos de Regularização

i) **“Modernização do Sistema de Medição atendidas em 69 kV”**: Destacamos a conclusão de um projeto inovador, que foi o da modernização e automatização dos sistemas de medição de unidades consumidoras atendidas em 69 kV (Grupo A3). Projeto iniciado em setembro de 2013 que, com um investimento de R\$ 1,92 milhões, teve como resultado a adequação de 29 unidades consumidoras industriais e de grande porte, e a melhoria dos processos de Leitura, Faturamento e Monitoramento dessas unidades, bem como, foi agregado 31,4 GWh (34% de todo o mercado mensal do grupo A3) ao faturamento da empresa, contribuindo para a redução das perdas não técnicas;

ii) **“Instalação de Conjunto de Medição”**: Outro importante projeto estruturante, que teve seu início em outubro de 2013, prevendo a instalação de 985 conjuntos encapsulados de medição externa em unidades consumidoras atendidas em 13,8kV. Até dezembro de 2014, foram instalados 747 equipamentos com ganho de 209.317 MWh;

iii) **“Projeto Digitalização de UC em BT - Projeto Energia +”**: Implantação de sistema de automação (leitura remota) através da substituição dos medidores eletromecânicos de ligação direta de unidades consumidoras bifásicas e trifásicas com consumo médio mensal maior que 600 kWh, dependendo do perfil de consumo da Distribuidora. Em 2014 aconteceu a licitação internacional para contratação dos serviços para substituição de 35.117 medidores de UC BT com consumo acima de 600 kWh/mês e Implantação de um Centro de Supervisão Regional de Telemedição. A expectativa é que a mobilização contratual aconteça no primeiro semestre de 2015;

iv) **“Projeto Telemedição de Alimentadores - Projeto Energia +”**: Projeto para implantação de sistema de telemedição que possibilite a segmentação das perdas técnicas e não técnicas das subestações em nível de alimentador, totalizando 76 conjuntos de medição externa. Em 2014, foram instalados 48 conjuntos de medição. Desse total, 19 já entraram em operação – estão telemetindo. As pendências serão concluídas em 2015;

v) “Projeto Substituição de Medidores Obsoletos - Projeto Energia +”: Projeto financiado pelo Banco Mundial, com investimento inicial de R\$ 8 milhões. Prevê a substituição de 40.369 medidores obsoletos devido ao desgaste do mesmo pelo tempo de vida útil e a substituição do ramal de serviço da unidade consumidora. Tendo iniciado em maio de 2013, já foram contabilizadas a substituição de 29.160 medidores até dezembro de 2014;

vi) “Projeto adequação de medições externas do tipo CPRede”: Esse projeto prevê a substituição gradativa desse tipo de medição, com a realização de serviços de inspeções técnicas e substituição do padrão CPRede (padrão instalado no poste, a 3m de altura, e com lente de aumento) por padrão convencional (utilizando caixa de medição de material em policarbonato transparente), facilitando e agilizando futuras inspeções, como também, o trabalho dos leituristas. No ano de 2014 foram executadas 9.873 serviços em unidades consumidoras, cujas caixas dos medidores se encontravam em estado de deterioração, o que resultou no ganho de 4.696 MWh.

6.7.3 Fatos Relevantes

i) Conclusão da modernização dos sistemas de medição de unidades consumidoras atendidas em 69 kV (Subgrupo A3);

ii) Participação em Operações Especiais em conjunto com a Autoridade Policial e Instituto de Criminalística-IC, no confronto aos casos mais emblemáticos e de maior potencial de redução de perdas não técnicas, dando continuidade a importante trabalho que vem sendo realizado sistematicamente desde 2012;

iii) Participação em todas as seis edições da Operação "Centro Seguro", coordenada pela Prefeitura Municipal de Manaus e envolvendo grande número de órgãos públicos municipais e estaduais;

iv) Realização do treinamento em conjunto com os peritos e agentes da DECFs, com o nivelamento de informações no combate ao furto de energia, mostrando aos investigadores da Polícia Civil e Peritos do IC, detalhes do trabalho técnico realizado pela empresa, com vistas ao seu aprimoramento;

v) Estabelecimento de ações e procedimentos ágeis de regularização de subestações clandestinas até 45 kVA, com a regularização de 93 subestações clandestinas totalizando uma potência de 1.680 kVA e desconectadas da rede de média tensão 120 transformadores clandestinos, numa potência total de 2.066 kVA.

6.7.4 Avaliação Geral

i) O índice de perdas globais reduziu 0,70 p.p. em relação a 2013, saindo de 38,33% para 37,63% em dezembro de 2014;

ii) As ações empreendidas produziram os resultados esperados, mas se mostraram em volume insuficiente para impor uma maior velocidade de redução das perdas; foram aplicados R\$ 8,3 milhões na natureza de gasto de Custeio e R\$ 26,9 milhões em investimentos, valores bastante modestos frente ao volume de ações necessárias, que deverão entrar em linha em 2015 com os Projetos do Energia +;

iii) Houve importantes avanços com o intuito de tornar o parque de medidores protegido contra ameaças de manipulações, ressaltando-se o incremento de 747 novos conjuntos de medição externa instalados em unidades consumidoras atendidas na Média Tensão;

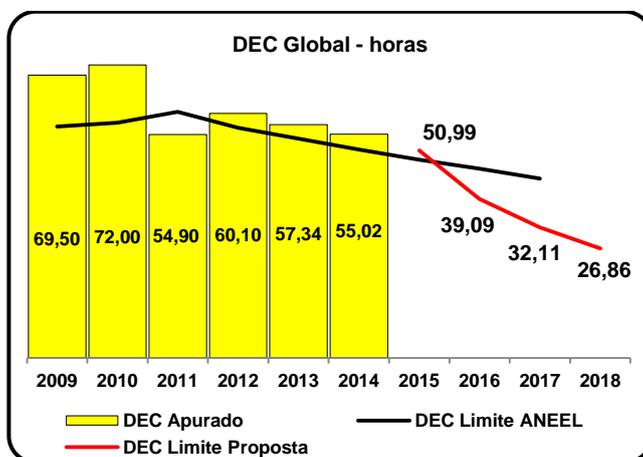
iv) O fato externo marcante foi a instalação pelo Governo do Estado da Delegacia Especializada de Combate ao Furto de Serviços – DECFs que, num curto espaço de tempo, já está se transformando em importante instrumento de apoio às ações da Amazonas Energia, voltadas para o combate às perdas de energia elétrica.

7. DESEMPENHO OPERACIONAL

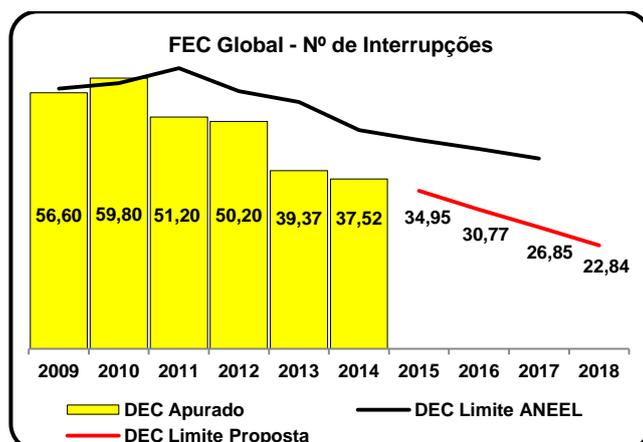
7 DESEMPENHO OPERACIONAL

7.1 Global

O indicador apurado de DEC em 2014 da Amazonas Energia apresentou uma redução de 4% em relação a 2013, evoluindo de 57,34h para 55,02h.



As ações realizadas no sistema elétrico resultaram ainda em redução do indicador FEC, que passou de 39,37 em 2013 para 37,52 interrupções em 2014, equivalente a um decréscimo de 4,6%, conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir.



Os projetos e ações de O&M da Amazonas Energia foram concebidos a partir da revisitação do Plano de O&M ciclo 2014-2017, tendo como principal balizador o desenvolvimento de uma nova metodologia de análise das ocorrências e dos resultados obtidos em 2014, resultando em novo pacote de projetos para a Melhoria dos Indicadores de Continuidade e Qualidade, inclusive com direcionamento à redução de compensações por transgressão de indicadores individuais.

O Plano anual de Manutenção Corretiva e Preventiva está baseado em análises de causa e efeito, avaliando o desempenho de equipamentos e circuitos que mais contribuíram para os indicadores FEC e DEC em 2014, havendo avaliações por níveis de abrangência como Conjuntos, Calhas, Subestações, Alimentadores, Chaves e Transformadores.

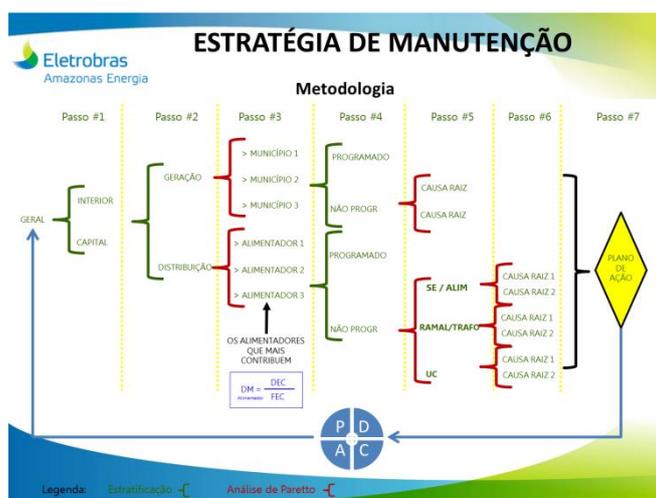
O projeto traz uma nova perspectiva de estratificação e análise de causa e efeito direcionando a atuação da manutenção para pontos críticos do sistema, por meio da realização de análise de causa a curto e médio prazo, buscando direcionar a atuação da manutenção adequada a cada tipo de evento e necessidade de resposta.

Foram criados três níveis de inspeção e manutenção de forma a proporcionar atuação mais célere para cada tipo de problema e levando em consideração o impacto causado ao consumidor final.

Manutenção Nível 01 – Manutenção imediata a ser realizada sob a coordenação do COI, assim que identificado um problema recorrente, que tem como objetivo básico estancar a causa das interrupções de determinado equipamento/circuito. Durante esta intervenção já se identifica a necessidade de atuação de inspeção e manutenção de nível 02.

Manutenção Nível 02 – Manutenção programável, a ser realizada em curto prazo (máximo 30 dias), tratando defeitos em equipamentos e circuitos que gerem potenciais riscos de desligamentos.

Manutenção Nível 03 – Manutenção programada corretiva e preventiva de médio e a longo prazo em todo o sistema, seguindo os critérios de priorização definidos nas análises de causa e efeito realizados anualmente e revisados trimestralmente.

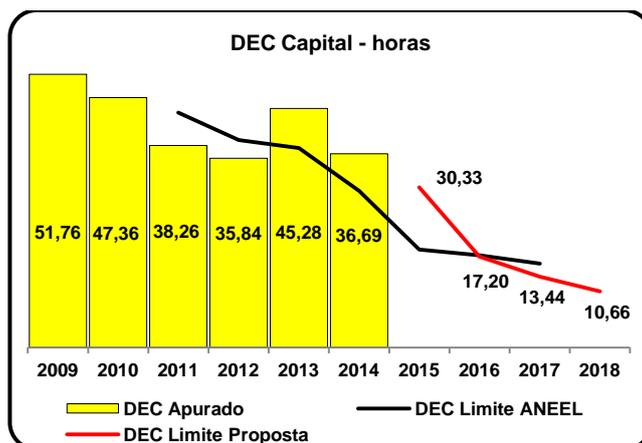


Neste projeto estão contempladas as ações de termovisão, manutenção em linha morta e linha viva, poda de árvores e serviços emergenciais (Otimização da manutenção corretiva a curto prazo; Implantação da Pesquisa diária dos eventos que mais impactaram para o sistema - DEC/FEC e DIC/FIC/DMIC - nos últimos 5 e 15 dias com tratamento imediato pela manutenção; Revisitação mensal das ações de manutenção preventiva em alimentadores; Manutenção programada focada em tronco de alimentadores e ramais prioritários, otimizando os recursos existentes; Termovisão/Linha Viva; Poda/Linha Viva; Inspeção Visual/Linha Viva).

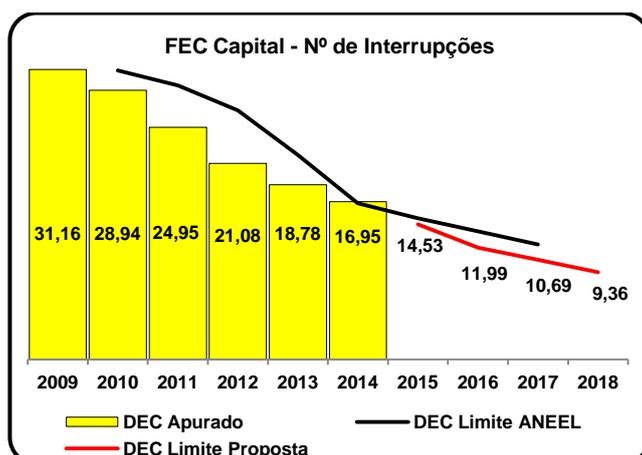
7.2 Na Capital

Uma série de ações foram importantes neste quadro de evolução do indicador DEC. Dentre elas, destacam-se: maior acompanhamento de equipes nas saídas das bases, sinergia das equipes de corte com realização de atendimento a serviços comerciais e de emergência, criação de nova rotina de tratamento aos problemas do de despacho móvel de ocorrências, estruturação de painel supervisorio no centro de operação, relatório de ocorrências com tratamento diário e utilização de equipes especiais para atendimento às demandas urgentes.

O indicador apurado de DEC em 2014 na capital Manaus apresentou uma forte redução de 19% em relação a 2013, evoluindo de 45,28h para 36,69.

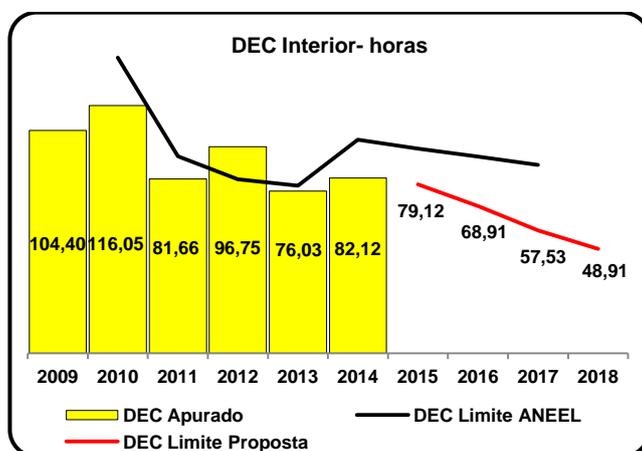


A melhoria no indicador FEC foi proveniente da reformulação na estratégia de manutenção e a segmentação das ocorrências em 3 níveis de manutenção aliado ao acompanhamento sistemático das ações específicas em cada circuito bem como o *follow up* de seus efeitos. As ações realizadas no sistema de distribuição de Manaus resultaram ainda em redução do indicador FEC, que passou de 18,78 em 2013 para 16,95 interrupções em 2014, equivalente a um decréscimo de 10%, conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir.

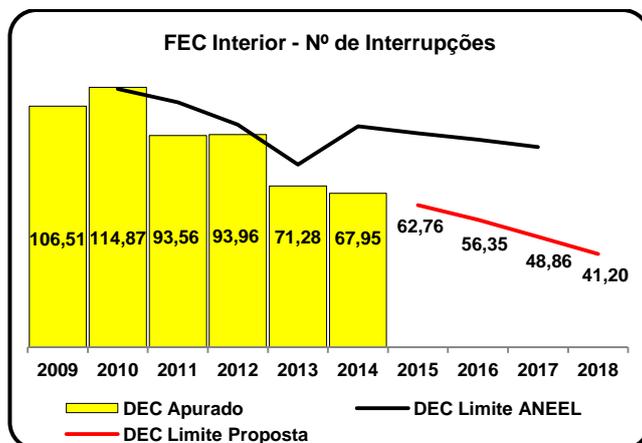


7.3 No Interior

O indicador apurado de DEC em 2014 no interior do Amazonas apresentou um leve aumento de 8% em relação a 2013, passando de 76,03h para 82,12h.



O indicador apurado de FEC em 2014 no interior do Amazonas apresentou redução de 4,7% em relação a 2013, passando de 71,28 para 67,95.



O processo de geração de energia dos sistemas isolados do interior causou grande impacto nos resultados globais, sendo que as ações estabelecidas para este processo no decorrer de 2015 e 2016 trarão fortes reduções para o resultado global e associado às ações do sistema de distribuição para o ciclo 2015-2018 permitirão uma evolução significativa na percepção dos consumidores.

8. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

8 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.1 Lucro/Prejuízo do Exercício

A Amazonas Energia apresentou em seu balanço societário, no exercício de 2014, um prejuízo de R\$ 342.734 mil, equivalente a uma redução de 74,9% em relação ao prejuízo (ajustado) de R\$ 1.364.497 mil obtido no exercício de 2013. Esta redução do prejuízo deve-se principalmente à redução das Despesas Operacionais, especificamente nas rubricas de Provisões/Reversões de Provisões. As variações mais significativas estão explanadas no item 8.2 – Custos e Despesas Operacionais.

8.1.1 Receita Operacional

A Receita Operacional em 2014 foi de R\$ 4.296.699 mil, apresentando um acréscimo de 32,2% em relação à verificada em 2013, conforme demonstra o quadro a seguir:

Receita Operacional – R\$ mil			
Descrição	2014	2013	2014/2013 (%)
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	1.782.964	1.715.103	4,0
Energia elétrica de curto prazo - PLD	1.769.706	299.589	490,7
Receita de Construção	389.912	988.576	- 60,6
CDE - Equilíbrio da Redução da Tarifa	237.019	217.267	9,1
Ativos e Passivos regulatórios - OCPC 08	82.106	-	-
Outras Receitas	34.992	30.245	15,7
Total	4.296.699	3.250.780	32,2

(1) Esta rubrica não contempla o faturamento do consumo próprio (administrativo) e interno (usinas e subestações).

No exercício de 2014, o cálculo do Índice de Reajuste Tarifário – IRT da Companhia, para aplicação a partir de 01 de novembro de 2014, conforme metodologias definidas na Nota Técnica 365/2014-SRE/ANEEL, de 20 de outubro de 2014, definiu o índice de reajuste tarifário anual médio de 2,17% a ser aplicado às tarifas da Companhia, que correspondem a um efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 18,62% sendo de 22,63% em média para os consumidores conectados em Alta Tensão (AT) e de 15,83% em média para aqueles conectados em Baixa Tensão (BT).

O aumento da receita ocorreu, principalmente, em função da receita da energia comercializada na CCEE ao preço de liquidação das diferenças - PLD. Em 2014 foram adquiridos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, por meio de leilões o montante de 2.589.920 MWh (no mesmo período em 2013 a Companhia possuía 46 contratos sendo que em 2014 passou para 72 contratos). Por conta da não conclusão do sistema receptor de Manaus, o Sistema Elétrico da Companhia ainda não foi totalmente conectado ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Por conseguinte, a energia contratada no ACR, observando as Regras de Comercialização, deve ser liquidada no Mercado de Curto Prazo - MCP, tendo como base o Preço das Liquidações das Diferenças – PLD.

Vale ressaltar também, que em 2014 foram reconhecidos na Contabilidade Societária os valores de Ativos e Passivos Regulatórios. Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica – OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação)

incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte – Poder Concedente. Esse novo evento altera, a partir dessa data, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo. São condições, assim, que diferem em essência das que ocorriam anteriormente.

Portanto, o registro dos valores a receber e obrigações foram efetuados em contas de ativo e passivo financeiro em contrapartida ao resultado do exercício, cujo montante registrado foi de R\$ 82.106 mil.

8.1.2 Deduções à Receita Operacional

As deduções à receita operacional apresentaram um aumento de 27,3% em relação a 2013, conforme apresentado no quadro a seguir:

Descrição	Deduções à Receita Operacional – R\$ mil		
	2014	2013	2014/2013 (%)
Quota para Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	- 58	- 7.207	- 99,2
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	-	- 2.434	-
Encargos do Consumidor – P&D e PEE	- 31.362	- 16.475	90,4
Impostos e Contribuições sobre a Receita	- 655.243	- 513.180	27,7
Total	- 686.663	- 539.296	27,3

8.2 Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais em 2014 produziram um montante de R\$ 2.739.453 mil, que comparado com valor de R\$ 3.417.868 mil (ajustado) em 2013, evidenciou uma redução de 19,8%, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Custos e Despesas Operacionais – R\$ mil		
	2014	2013 (Reapresentado)	2014/2013 (%)
<i>Custos e Despesas Não Controláveis</i>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	- 1.336.890	- 406.444	228,9
Compensação Financeira p/ Utilização de Recursos Hídricos	- 7.197	- 6.363	13,1
<i>Custos e Despesas Controláveis</i>			
Pessoal	- 356.411	- 376.090	- 5,2
Material	- 37.435	- 38.837	- 3,6
Serviço de Terceiros	- 248.606	- 249.808	- 0,5
Custo de Construção	- 389.912	- 988.576	- 60,6
Combustível para Produção de Energia Elétrica	- 4.354.645	- 3.751.983	16,1
Recuperação de Despesa - CCC	4.165.664	3.611.563	15,3
Depreciação e Amortização	- 281.560	- 165.091	70,5
Provisão / Reversão Operacionais	319.053	59.895	432,7
Aluguéis	- 407.160	- 410.445	- 0,8
Outros Custos/ Despesas	195.646	- 695.689	- 128,1
Total	- 2.739.453	- 3.417.868	- 19,8

As principais rubricas que contribuíram para a redução dos Custos e Despesas Operacionais foram:

Provisão / Reversão Operacionais:

No exercício de 2014 as reversões de provisões foram maiores que em 2013, dentre as quais se destacam:

i) (Provisão) Reversão Consumidores - PCLD – em 2014 registrou um montante de R\$ 4.293 mil de reversão, enquanto no mesmo período em 2013 o montante foi de R\$ 39.427 de provisão. A redução da PCLD ocorreu, especialmente, em função da reversão do cliente industrial Procter & Gamble, no valor de R\$ 36.375 mil, cujo processo judicial foi transitado em julgado com decisão favorável à Amazonas Energia;

ii) Reversão da Provisão da Liquidação no Mercado de Curto Prazo, registrado em 2014, no montante de R\$ 25.491 mil referente ao ajuste do valor contabilizado no Mercado de Curto Prazo no exercício de 2013; e,

iii) (Provisão) Reversão para desvalorização do imobilizado (impairment) – Em 2014 foi registrado o valor de R\$ 300.306 mil referente à diferença entre o estorno de R\$ 405.556 mil do valor acumulado do exercício de 2013 e o registro do impairment da geração do exercício de 2014 no montante de R\$ 105.250 mil. Em 2013, esse valor líquido foi de R\$ 167.653 mil.

Outros Custos / Despesas:

A redução de 128,1% foi motivado em especial pela rubrica de Valor Novo de Reposição – VNR, onde no exercício de 2014 a Companhia procedeu à atualização do VNR, registrando em seu resultado um ganho de R\$ 374.580 mil enquanto que em 2013, o valor registrado foi uma perda de R\$ 500.198 mil.

A respeito do VNR, destaca-se que com base nas características estabelecidas no seu contrato de concessão de distribuição de energia, a administração da Companhia estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual contábil) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação, está condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores. Para fins de determinação do valor a ser ressarcido, foi adotada a premissa de que o valor residual contábil dos bens serão reembolsados pelo critério do Valor Novo de Reposição - VNR.

Apesar da redução em algumas rubricas dos Custos e Despesas Operacionais, outras, no entanto, apresentaram aumento, tais como:

Energia Elétrica Comprada para Revenda:

Esta despesa apresentou aumento de 228,9% em relação ao exercício de 2013 decorrente das obrigações com contrato de compra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 2014 (72 contratos) quando comparado com o mesmo período em 2013 (46 contratos). Cabe destacar que apesar dos valores expressivos tanto na receita quanto na despesa referente à energia no Mercado de Curto prazo, o impacto no resultado é de R\$ 520.648 mil, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	2014	2013
Energia elétrica de curto prazo - PLD	1.769.706	299.589
Energia Elétrica Comprada para Revenda - CCEE	- 1.249.058	- 307.370
Total	520.648	- 7.781

8.3 Indicadores Empresariais

Descrição	Indicadores Econômicos		
	2014	2013 (Reapresentado)	2014/2013 (%)
Dados Econômico-Financeiros – R\$ mil			
Receita Operacional Bruta	4.296.699	3.250.780	32,2
Receita Operacional Líquida	3.610.036	2.711.484	33,1
EBITDA (LAJIDA)	1.152.143	- 541.293	- 312,8
Resultado do Serviço	870.583	- 706.384	- 223,2
Resultado Financeiro	- 1.218.442	- 658.113	85,1
Lucro (Prejuízo) Líquido	- 342.734	- 1.364.497	- 74,9
Ativo Total	14.487.213	17.698.629	- 18,1
Dívida Bruta	16.506.594	19.375.432	- 14,8
Dívida Líquida *	16.312.273	19.290.776	- 15,4
Patrimônio Líquido	- 2.019.381	- 1.676.803	20,4
Indicadores Econômico-Financeiros			
Margem EBITDA	0,32	- 0,20	51,9pp**
Margem Líquida	- 0,09	- 0,50	40,8pp**
Índice de Endividamento	1,14	1,09	4,5pp**
Ações			
Valor Patrimonial por ação ***	- 0,32	- 0,27	20,4
Lucro (Prejuízo) por ação ***	- 0,05	- 0,22	- 74,9

* Dívida líquida de disponibilidades e aplicações financeiras

** pp – pontos percentuais

*** Lote de mil ações

O EBITDA (sigla em inglês) ou LAJIDA corresponde ao Lucro Operacional antes da dedução das despesas de depreciação e amortização. O LAJIDA da Companhia está demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	LAJIDA – R\$ mil		
	2014	2013 (Reapresentado)	2014/2013 (%)
Lucro (Prejuízo) Bruto	3.610.036	2.711.484	33,1
(-) Despesas Operacionais (exceto Depreciação)	- 2.457.893	- 3.252.777	- 24,4
(=) LAJIDA	1.152.143	- 541.293	- 312,8
(-) Depreciação e Amortização	- 281.560	- 165.091	70,5
(=) Lucro (Prejuízo) antes dos Juros e Imposto de Renda	870.583	- 706.384	- 223,2
(+/-) Resultado Financeiro	- 1.218.442	- 658.113	85,1
(=) Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda	- 347.859	- 1.364.497	- 74,5
(+) Resultado Investimentos em Participações Societárias	5.125	-	0,0
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido	- 342.734	- 1.364.497	- 74,9

8.4 Receita (Despesa) Financeira

Descrição	Resultado Financeiro – R\$ mil		
	2014	2013 (Reapresentado)	2014/2013 (%)
Acréscimo Moratório sobre Energia Vendida	42.334	66.219	- 36,1
Variação Monetária Líquida	925	1.308	- 29,3
Multa s/Fornecimento e Suprimento de Energia	47.617	28.937	64,5
Ganho/Perda de Avaliação Atuarial	636	- 891	- 171,4
Encargos de Dívidas	- 232.547	- 95.274	144,1
Encargos financeiros – arrendamento mercantil	- 279.717	- 269.033	4,0
Juros e Multas	48.702	- 148.235	- 132,8
Atualização dos Fornecedores - CCC	- 765.432	- 147.944	417,4
Outras	- 80.960	- 93.200	- 13,1
Total	- 1.218.442	- 658.113	85,1

O Resultado Financeiro Líquido em 2014 teve um aumento de 85,1% em relação ao ano de 2013. Os principais fatores que impactaram no resultado financeiro foram:

Encargos de Dívidas: o aumento dos encargos de dívidas foi decorrente do ingresso de novos financiamentos.

Atualização dos Fornecedores – CCC: o aumento substancial em 2014 destaca-se pela inadimplência com os fornecedores Petrobras e Cigás e Produtores Independentes. A inadimplência com a Petrobras e Cigás é oriunda dos atrasos nos repasses dos recursos financeiros advindos da CCC, tendo em vista que há um lapso temporal de, no mínimo, dois meses entre a verificação dos custos e o efetivo recebimento do crédito. Em dezembro do corrente exercício foi celebrados três parcelamentos com a Petrobras a fim de possibilitar à Companhia o devido adimplemento desta dívida. Vale ressaltar que do montante de R\$ 765.432 mil registrado, R\$ 44.816 mil refere-se aos Produtores Independentes, R\$ 253.998 mil à CIGÁS e R\$ 466.618 mil à Petrobras.

9. PESSOAS

9 PESSOAS

9.1 Composição da Força de Trabalho

A empresa encerrou o ano de 2014 com 2.110 empregados em seu quadro próprio, contando ainda com 104 estagiários e 35 aprendizes. A tabela abaixo demonstra a evolução da força de trabalho própria da organização entre os anos de 2010 e 2014:

Ano	Nº de Empregados Próprios
2010	2.300
2011	2.310
2012	2.279
2013	2.129
2014	2.110

Em cumprimento ao Plano de Incentivo ao Desligamento (PID), foram desligados 7 (sete) colaboradores da organização ao longo de 2014. O PID foi originado de prerrogativa definida pela Diretoria Executiva visando a otimização do quadro de pessoal das empresas do grupo Eletrobras, sendo parte integrante do Plano Diretor de Negócios e Gestão 2013-2017, divulgado ao mercado no final de março de 2013, que tem por objetivo a redução de despesas de pessoal, planejado de modo a preservar a competência técnica construída dentro das empresas, evitando assim, a descontinuidade das atividades.

É oportuno ressaltar que o período de adesão ao PID foi de junho a julho de 2013 e contou com a aderência de 143 colaboradores, que foram desligados ao longo do período de julho de 2013 a novembro de 2014, conforme turmas previamente estabelecidas, de acordo com a legislação trabalhista vigente.

9.2 Programa de Aprendizagem e Estágio

Visando capacitar e proporcionar aos jovens a inserção no mercado de trabalho, a empresa manteve seus Programas de Aprendizagem e Estágio, cumprindo com as determinações contidas nas legislações que os regulamentam, mesmo diante de um cenário onde se necessita promover a redução com gastos de pessoal.

9.3 Educação Corporativa

Em 2014 a empresa investiu R\$ 1,5 milhões na educação de seus colaboradores, realizando 1.212 ações educacionais, que resultaram num total de 50.166 horas de treinamento, viabilizando aos colaboradores 3.704 oportunidades de participações em ações educacionais, conforme evidenciado na tabela abaixo:

Tipo de Ação	Nº de Ações Educacionais	Nº de Participantes	Total de Horas Treinadas	Investimento Total (R\$ mil)
Internas	51	984	15.093	155
Externas	128	1.683	24.622	1.053
UNISE	14	24	676	117
LUME	969	367	61.156	-
Pós-Graduação	12	12	1.979	91
Idioma Estrangeiro	8	8	479	15
Projeto Energia +	30	626	4.410	47
Total	1.212	3.704	50.166	1.478

9.3.1 Ações Educacionais Internas

Das inúmeras ações educacionais internas realizadas em 2014, destacam-se as seguintes: **i)** Treinamento de Reciclagem da NR 10, com carga horária de 24 horas, visando o cumprimento da norma do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; **ii)** Treinamento para Membros das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA's, com carga horária de 24 horas; **iii)** Treinamento de Análise de Viabilidade Financeira em Projetos, com carga horária de 16 horas; **iv)** Procedimentos Operacionais Padrão - POP's, com carga horária de 16 horas; **v)** Treinamento das Normas 13MN e 14MN, com carga horária de 16 horas; e **vi)** Sistema de Gestão de Ativos, com carga horária de 16 horas.

9.3.2 Ações LUME

Foram ofertados treinamentos por meio da TV Corporativa das Empresas Distribuidoras da Eletrobras - LUME, tecnologia que combina vídeo aula e *web*. Essa ferramenta disponibiliza soluções efetivas em EAD (Educação à Distância), por meio de uma programação mensal de cursos de autodesenvolvimento, gestão corporativa e gestão pública.

A utilização da LUME além de aprimorar a formação e o desenvolvimento da força de trabalho da organização, contribuiu para a redução do PMSO da organização, visto que, os cursos realizados por meio dessa ferramenta evitaram gastos comuns em ações externas de treinamento, tais como: passagem, hospedagem, diárias, etc.

9.3.3 Ações Educacionais Corporativas

Pela UNISE foram realizados os seguintes cursos: **i)** Técnico em Normas Internacionais de Contabilidade; **ii)** Curso de Extensão em Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS); **iii)** Programa de Gestão Avançada – APG; **iv)** Treinamento de Implantação do Sistema ADS; e **v)** Programa *Insighters* – ADVANCE.

Em 2014 foi lançado o Programa de Liderança das Empresas de Distribuição da Eletrobras, com o objetivo de desenvolver nos Líderes um perfil de liderança baseado em competências gerenciais, profissionais e pessoais, necessárias para a superação dos desafios atuais e futuros. O Programa de Liderança propôs a realização de oficinas que trabalharam os diferentes papéis do Líder nas organizações.

Na primeira oficina foi explorada a questão da Comunicação, identificada na Pesquisa de Clima realizada pela empresa como fator de grande impacto negativo no quesito liderança. A mesma teve como tema: “A Arte da Boa Comunicação”, com Tony Correia, ator e palestrante. O objetivo do encontro foi abordar alguns problemas de comunicação que podem comprometer o clima organizacional, assim como o impacto que as palavras, e até o tom que utilizamos em certas situações, podem causar nas pessoas com quem interagimos, em especial, no âmbito profissional.

A segunda oficina teve como tema: “Como avaliar, reconhecer e desenvolver sua equipe” - Oficina SGD - Sistema de Gestão de Desempenho, com Maria Emília Gregório Tarquini, Coordenadora do Processo Corporativo Desenvolvimento de Pessoas. O objetivo da oficina foi orientar a equipe gerencial acerca do processo avaliativo e prepará-los para realizar a avaliação de competências de suas equipes, referente ao 3º ciclo. No total foram realizadas 05 turmas, totalizando 108 participantes.

Com a estratégia de promover ações que possam atender às diversas Diretorias da Empresa, primando pela economicidade, no ano de 2014, também foram desenvolvidas várias ações através de contratações fechadas (*in company*), no qual destacamos: **i)** Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica - SPDA; **ii)** Gestão de Perdas de Energia Elétrica - CPTC; **iii)** Gestão Tributária no Setor Elétrico - CGTS; **iv)** Capacitação sobre Apuração e Investigação de Assédio Sexual e Moral; e **v)** Gestão da Manutenção da Distribuição - CGMI.

9.3.4 Ações Educacionais Específicas

No que tange às ações educacionais específicas realizadas em 2014 podemos destacar as seguintes atividades: **i)** Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Logística Reversa, capacitação coordenada pela PUBLICARE EVENTOS E RECURSOS HUMANOS LTDA, com o objetivo de capacitar 28 empregados para fundamentar o desenvolvimento de estratégias, visando o cumprimento das obrigações estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos e minimizar riscos e consequências em decorrência de implicações judiciais, com um total de 208h/a; **ii)** Operação de Pontes Rolantes, capacitação ministrada pela SEST SENAT, com carga horária de 24 horas e 19 participantes, totalizando 456 horas treinadas; **iii)** SGD - Módulo de Projeto, capacitação ministrada pela INDRA BRASIL SOLUÇÕES E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS S/A, com carga horária de 32 horas e 13 participantes, totalizando 416 horas treinadas; **iv)** Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e dos Contratos Administrativos - Uma Seleção de Temas da Mais Alta Relevância para a Administração Pública, capacitação ministrada pela TREIDE APOIO EMPRESARIAL, com carga horária de 16 horas e 33 participantes, totalizando 528 horas treinadas; **v)** Gestão da Operação da Distribuição - CMOD, capacitação ministrada pela FUNDAÇÃO COGE, com carga horária de 32 horas e 20 participantes, totalizando 640 horas treinadas; e **vi)** T.I.M.E - Transformação, Integração e Mobilização de Equipes, capacitação ministrada pela ORBI RH, com carga horária de 8 horas e 70 participantes, totalizando 560 horas treinadas.

9.4 Plano de Carreira e Remuneração – PCR e Sistema de Gestão de Desempenho – SGD

O Plano de Carreira e Remuneração - PCR, com foco em Competências e Resultados, está estruturado em quatro dimensões: Carreira, Cargos, Remuneração e Desempenho, além das bases conceituais e de informação que sustentaram toda a concepção do modelo. O PCR é aplicado em conjunto com o SGD buscando canalizar os esforços das pessoas para o alcance de objetivos e resultados que garantam a rentabilidade, a sustentabilidade, a competitividade e a geração de valor. Além disso, busca desenvolver as potencialidades dos empregados e subsidiar os processos de Gestão de Pessoas, tais como crescimento na carreira, mobilidade, treinamento, desenvolvimento e gestão da qualidade de vida no trabalho.

O 1º Ciclo Unificado do Sistema de Gestão de Desempenho foi referente ao período de junho de 2011 a maio de 2012 e avaliou um total de 2.173 empregados, em competências e resultados. O 2º Ciclo Unificado do Sistema de Gestão de Desempenho foi referente ao período de janeiro a dezembro de 2013 e avaliou um total de 1.964 empregados, em competências e resultados. O 3º Ciclo Unificado do Sistema de Gestão de Desempenho está em fase de avaliação de competências e resultados e compreende o período de janeiro a dezembro de 2014.

No período de 04 a 06/11/2014 foi realizada a Oficina do Programa de Liderança "Como avaliar, reconhecer e desenvolver sua equipe", e teve como público alvo, as lideranças da empresa: Assistentes de Diretoria, Gerentes de Departamento e Gerentes de Área.

Entre os dias 02 e 18/12/2014 a Gerência de Desenvolvimento de Pessoas - DGPD fez apresentação do 3º Ciclo Unificado do Sistema de Gestão de Desempenho - SGD aos empregados lotados em todas as unidades da empresa. Nas apresentações os empregados puderam esclarecer dúvidas sobre a ferramenta. No dia 04/12/2014 o sistema foi apresentado às Agências do interior por meio da TV LUME.

O processo avaliativo abrange a Avaliação de Competências e Avaliação de Metas. A primeira consiste na Avaliação Individual de competências realizada pelo gestor com o empregado sob sua subordinação. A segunda refere-se ao resultado da Meta Empresarial, estipulada pelo CMDE e das Metas de Equipe monitoradas através do programa Gestão à Vista.

9.5 Benefícios e Bem-Estar Social

Em 2014 a empresa desembolsou R\$ 19 milhões para custear a saúde suplementar de seus beneficiários, que abrange a assistência hospitalar, médica e odontológica.

O Plano de Proteção e Recuperação da Saúde - PPRS possui, aproximadamente, 8.177 beneficiários, sendo 2.127 titulares e 6.050 dependentes. O PPRS conta com 176 credenciados, compostos por profissionais qualificados, que prestam bons serviços aos usuários do plano. Além da garantia de atendimento no Estado do Amazonas, os beneficiários, por meio dos Convênios de Reciprocidades celebrados com a Boa Vista Energia S.A., Centrais Elétricas de Rondônia S.A., E-Vida (Eletronorte), Eletros-Saúde, Eletrosul, Fachesf, Forluz e Furnas, podem ser atendidos em todas as regiões do país.

No quadro a seguir estão elencados os principais benefícios oferecidos aos empregados e seus dependentes, bem como, os respectivos recursos aplicados.

Benefícios	Beneficiários	Custo (R\$ mil)
Auxílio Academia	55	36
Auxílio-Creche	244	1.337
Auxílio-Educação (Escolar)	416	2.484
Auxílio-Educação (Superior)	79	572
Auxílio-Alimentação	(*)	30.451
Auxílio-Transporte	(*)	2.758
Auxílio Funeral	30	143
Auxílio Material Escolar	98	238
Total	-	38.019

(*) Benefício proporcionado a todos os colaboradores próprios da empresa

Visando contribuir para o bem-estar dos empregados, priorizando o desenvolvimento das suas potencialidades biopsicossociais, a Amazonas Energia desembolsou nos programas de qualidade de vida em torno de R\$ 190 mil, para desenvolver as seguintes ações: Campanha de Carnaval, Avaliação Psicossocial, Jogos do SESI, II Jogos Internos, I Corrida Energia Saudável, Oficinas de Combate ao Estresse, Campanha de Valorização dos Empregados Portadores de Necessidades Especiais, Elaboração da Política de Combate ao Assédio Moral e Sexual no Ambiente de Trabalho, Palestras sobre Absenteísmo, Preparação para Aposentadoria e Prevenção do Uso de Álcool e Drogas.

9.6 Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT)

No ano de 2014 foram realizadas 35 inspeções de segurança e 97 auditorias em empresas contratadas, gerando 87 recomendações de segurança para correções de irregularidades que poderiam causar prejuízos à segurança dos empregados próprios e terceirizados.

Foram realizadas 34 visitas técnicas às Agências descentralizadas, onde foram inspecionados os ambientes laborais, áreas externas e áreas de armazenamento de inflamáveis das usinas termelétricas, que originaram relatórios de viagem e recomendações de segurança das não conformidades encontradas, posteriormente enviadas aos departamentos responsáveis.

Mensalmente foram divulgados pela *Intranet* os informativos de segurança enfocando diversos temas, tais como: ambiente de trabalho organizado, riscos em máquinas e equipamentos, trabalho seguro, uso de EPI's, dentre outros.

Foram realizados vários treinamentos de CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), conforme Norma Regulamentadora NR-5 do MTE, tanto na Capital quanto nas Agências descentralizadas do interior do Estado do Amazonas.

Em 2014 foi realizada a Campanha de Vacinação contra Gripe (A1N1), com a aplicação de 500 doses da vacina nos colaboradores da empresa.

No mês de outubro de 2014 foi realizado a 3ª InterCIPA com o objetivo de promover a interação entre as CIPA's com a difusão das melhores práticas e reconhecimento e premiação das CIPA's mais atuantes, gerente partiCIPAtivo, melhor designado da CIPA do interior e melhor torcida organizada.

Em novembro de 2014 foi realizada a 2ª SIPAT Integrada (Semana Interna de Prevenção de Acidentes), que consistiu em uma semana especial de segurança do trabalho, com temas variados e a realização de atividades nos diversos estabelecimentos da empresa. Os participantes puderam ouvir palestras sobre DST e AIDS, Segurança no Trânsito, Gerenciamento de Resíduos, Comportamento Seguro, Caracterização do Acidente do Trabalho e Oficina de Estresse.

Em dezembro de 2014 a SIPAT ocorreu nas Agências de Coari, Itacoatiara e Parintins, com o apoio das CIPA's e designados, e da Gerência de Desenvolvimento de Pessoas - DGPD, também com o objetivo de conscientizar os colaboradores da empresa.

Outra ação para promoção da cultura de segurança foram os treinamentos promovidos em conjunto com a Gerência de Desenvolvimento de Pessoas - DGPD, que envolveram aproximadamente 387 colaboradores no treinamento de NR-10 e SEP e 25 colaboradores no treinamento de CIPA, entre cipeiros e designados. Destes treinamentos, 2 foram realizados em polos do interior, com a participação de designados das Agências adjacentes ao local onde o treinamento foi ministrado.

A tabela abaixo mostra a evolução do número de acidentes, acidentes com afastamento e taxa de frequência no período de 2012 a 2014:

Discriminação	2014	2013	2012
Número de Acidentes	7	7	17
Acidentes com Afastamento	5	4	14
Taxa de Frequência	1,18	0,89	3,05

10. SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

10 SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

10.1 Ações de Sustentabilidade

10.1.1 Programa de Equidade de Gênero e Raça

Esse programa vem sendo desenvolvido desde 2007 e objetiva desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para redução das desigualdades de gênero e raça no ambiente corporativo. Em 2014, a Companhia, em alinhamento às metas do milênio, desenvolveu as ações pactuadas junto à Secretaria de Política para as Mulheres – SPM, tendo sido realizados eventos como a Campanha Outubro Rosa, Campanha Novembro Azul e a Campanha dos 16 dias pelo fim da violência contra as mulheres.

10.1.2 Projeto de Coleta Seletiva

Em cumprimento ao Decreto nº 5.940/2006, a empresa desenvolve esse projeto que objetiva a redução do descarte de materiais reciclados. Em 2013 foi criada a Comissão de Coleta Seletiva, responsável pela implantação e supervisão da separação dos resíduos recicláveis descartados nas unidades da Companhia, bem como, pela divulgação semestral dos resultados dessas ações. Em 2014 foi realizado o inventário dos resíduos produzidos, bem como, elaborado o Edital de Credenciamento para a contratação de associações cooperativas de catadores de resíduos sólidos. Em 2014 foram coletadas mais de 23 toneladas de papel, papelão e plástico, que geraram uma renda aproximada de 8 mil reais para as associações de catadores credenciadas.

10.1.3 Projeto Consumo Consciente

A Companhia desenvolve ações educativas direcionadas ao público interno que objetivam o consumo consciente e responsável de materiais de escritório, água e energia elétrica contribuindo para as mudanças de hábitos e reduzindo os impactos ambientais e desgaste do meio ambiente. É realizado o levantamento periódico de informações sobre o consumo de água, energia elétrica e papel por unidade da Companhia que são divulgadas aos colaboradores com dicas de redução do consumo.

10.1.4 Ações voltadas para a comunidade

A empresa realizou em 2014 os projetos “*Eletrobras Amazonas Energia e Comunidade Terra Nova: Estamos Ligados!*” e *Horta Comunitária de Silves*”.

O primeiro teve como objetivo promover a aproximação dos moradores do Bairro Terra Nova com a empresa e torná-los parceiros no combate às Perdas de Energia Elétrica. Para tanto foram desenvolvidas diversas ações, dentre as quais se destacam: **i)** divulgação de informações sobre as causas das perdas e seus impactos negativos para a empresa e a sociedade; **ii)** Realização de palestras sobre o atendimento comercial da empresa e os benefícios advindos do uso da Tarifa Social; **iii)** divulgação de informações sobre eficiência energética e segurança na rede elétrica; e **iv)** Apresentação de filmes ilustrativos sobre dicas de economia de energia. O encerramento do projeto se deu dia 29 de novembro de 2014 na Praça Marrida, onde foram informados à comunidade os resultados dos trabalhos técnicos e sociais desenvolvidos no bairro de Terra Nova.

Já o segundo tem como objetivo o desenvolvimento comunitário e o aumento da renda nas comunidades rurais por meio do fomento de sua produção agrícola. A Horta Comunitária de Silves contará, inicialmente, com 20 famílias num total de 100 pessoas beneficiadas diretamente pelo projeto, onde serão desenvolvidos plantios individuais ou consorciados de alface, coentro, couve, pimentão, pepino e tomate. Em seu primeiro ciclo foram plantados de forma consorciada alface e pimentão de onde foram colhidos 5.000 pés de alface em dezembro de 2014, gerando uma receita de R\$ 7.500,00. Está prevista para 2015 uma colheita de 15 toneladas de pimentão que será comercializado a um preço médio de R\$ 4,00 o quilo, gerando uma receita estimada de R\$ 60 mil.

10.2 Ações de Meio Ambiente

10.2.1 Licenciamentos Ambientais

Visando a obtenção das licenças ambientais para a expansão do Sistema de Transmissão no nível de tensão de 138 e 230 kV e, para ampliação da geração de energia no Estado do Amazonas, foram elaborados diversos estudos ambientais, dentre os quais: Relatório Ambiental Simplificado – RAS, Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, Estudo de Gerenciamento de Risco, Investigação Confirmatória e Detalhada de Contaminantes, Inventário Florístico, Monitoramento Arqueológico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial. O quadro a seguir apresenta um resumo das Licenças Ambientais e Autorizações obtidas durante o ano de 2014:

Discriminação	Quantidade
Licenças Prévia	2
Licenças de Instalação	11
Licenças de Operação	7
Alvará de Construção / Terraplanagem	8
Autorizações	6
Certidão de Viabilidade Ambiental	1
Certidão de Informação Técnica de Uso do Solo	1
Total	36

10.2.2 Auditoria, Recuperação e Preservação Ambiental

Em 2014 foram adotadas ações para a melhoria do desempenho ambiental nas Usinas Termelétricas da Amazonas Energia. Foram realizadas 34 Inspeções Ambientais nas usinas termelétricas, onde foram realizados treinamentos e ministradas orientações aos operadores das usinas, sobre a aplicabilidade de 10 instruções técnicas operacionais. Foram também disponibilizados kits de emergência ambiental e realizado o acompanhamento de ações de contingência ambiental nos casos de vazamento, derramamento e lançamento de efluentes oleosos nas instalações internas e externas de 7 usinas, com ações de limpeza e remoção de contaminantes. Essas ações culminaram com a redução em 2014 do quantitativo de multas e passivos ambientais.

10.2.3 Programas e Projetos Ambientais

i) Projeto Logística e Manufatura Reversa

O projeto foi estruturado em 2013 com o objetivo primário de promover a alienação ambientalmente sustentável para empresas recicladoras certificadas, dos medidores obsoletos substituídos da rede de distribuição de energia elétrica por meio do Projeto Energia +, de modo a evitar que esses equipamentos retornem de forma clandestina à rede de distribuição ou que tenham parte de seus componentes descartados em lixões. O objetivo secundário do projeto é capacitar as equipes internas para o procedimento de alienação dos materiais inservíveis retirados da rede de distribuição, para empresas recicladoras, devidamente certificadas ambientalmente. Foi contratada a empresa Maxiligas Ind. e Com. de Metais Ltda., a qual possui certificação ambiental ISO 14001, alvará de funcionamento e licença ambiental, objetivando a coleta, transporte e destinação final de 114.000 medidores de energia elétrica. Em 2014 foram encaminhados para a recicladora 73.261 medidores de energia que foram desmontados no processo de manufatura reversa, sendo que os componentes desses materiais, como o alumínio, cobre, plástico e ferro retornaram à cadeia produtiva como matéria prima para a fabricação de novos materiais/equipamentos. Para todos os materiais coletados pela empresa recicladora foram emitidos os certificados de destinação final de resíduos. Com isso, a Amazonas Energia

vem promovendo ações que visam o adequado gerenciamento dos resíduos sólidos gerados nas suas atividades, por meio de práticas que promovem o desenvolvimento sustentável.

ii) Programa de Monitoramento e Destinação Final de Resíduos

Foram descartados adequadamente, em atendimento à legislação ambiental vigente, 7.921.467,74 litros de efluentes oleosos, que inclui óleo lubrificante usado ou contaminado, água contaminada com óleo, borra oleosa, resíduos provenientes do sistema separador de água e óleo e 718,4 toneladas de resíduos sólidos contaminados com resíduos oleosos e outros contaminantes, como filtros de óleo, filtros de ar, estopas e outros resíduos gerados nas usinas térmicas e subestações. Os resíduos foram coletados por empresas credenciadas junto aos órgãos ambientais, sendo emitidos os correspondentes Manifestos para Transporte de Resíduos Perigosos (MTRs) e seus respectivos Certificados de Destinação Final, os quais são apresentados ao órgão ambiental para renovação da Licença Ambiental dos empreendimentos da concessionária.

iii) Programa de Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa

Em 2013 foi institucionalizada a Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas, por meio da Resolução da Diretoria Executiva nº 034/2013. Por meio da Resolução da Diretoria Executiva nº 072/2013, foram aprovadas metas de redução, no período de 2013-2015, entre 1% e 3% do uso de combustíveis fósseis em unidades móveis, em relação a 2012, bem como, a redução no período de 2013-2015 de 10% do consumo próprio de energia elétrica, em relação a 2012. Foi aprovado o Plano de Ação com responsabilidade de diversas áreas da empresa, para o alcance das metas estipuladas. O resultado das ações, em 2014, não foi satisfatório em decorrência da incorporação de novas unidades (subestações) no consumo de energia e a adoção do cartão de abastecimento Eco Frotas para as Agências do interior. Houve aumento no consumo próprio de energia na ordem de 1,7% em relação ao mesmo período de 2013 e aumento de 11,3% no consumo de combustíveis fósseis nas unidades móveis em igual período, conforme mostra a tabela abaixo:

Discriminação	2014	2013	Variação (%) 14/13
Consumo de Energia - MWh	14,153	13,920	1,7
Consumo de Combustível – m ³	554,013	497,812	11,3

iv) Projeto Semana do Meio Ambiente

Com o objetivo de promover atividades de preservação do meio ambiente, a Amazonas Energia realizou no período de 01 a 06 de junho de 2014, a Semana do Meio Ambiente, voltada para o público interno e externo, na capital e em Balbina. A Semana contou com apresentação de peça teatral do SESI “Julgamento Caboclo”, plantio de mudas pelos colaboradores da empresa em terreno degradado no entorno de unidade de conservação municipal, na escola de Balbina e na Av. das Torres, em Manaus. Foram realizadas palestras sobre a importância e os cuidados com o meio ambiente na escola de Balbina e nas escolas do Ramal da Morena e promovida a visita de alunos às dependências do CAB (Centro Ambiental de Balbina).

v) Projeto Soltura dos Quelônios

O projeto promove a proteção e monitoramento das áreas de reprodução de quelônios no Rio Uatumã, no criadouro científico, nas praias artificiais, e nas praias naturais com participação comunitária através de ações socioambientais. Desde 1998 o trabalho tem-se desenvolvido também junto à população ribeirinha do Rio Uatumã e já foram devolvidos à natureza mais de 162.000 mil filhotes de quelônios a partir das atividades de proteção dos ninhos em ambiente natural e de educação ambiental. Por meio do projeto foram capacitados 40 agentes de praia em 2014 para atuarem na proteção e no monitoramento reprodutivo dos quelônios. Foram monitorados ninhos de quelônios nas praias conservadas a montante do Rio Uatumã, na Reserva Biológica do Uatumã e na jusante do Rio Uatumã, no complexo de lagos do Maracarana

e do Jaraoacá, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã. Por meio do projeto, em 2014 foram soltos no Rio Uatumã 18,250 filhotes de tartarugas (*Podocnemis expansa*), tracajá (*P. unifilis*), laçá (*P. sextuberculata*) e Irapuca (*P. erythrocephala*), sendo registrado o aumento anual das quantidades de ninhos e filhotes monitorados e soltos, o que demonstra o pleno êxito das atividades do projeto.

vi) Projeto Protegendo a Vida na Amazônia

Esse projeto foi idealizado em 2011 e vem sendo realizado em parceria da Amazonas Energia com a iniciativa privada através da empresa Tetra Pak. O objetivo do projeto é a realização de expedições continuadas em barco regional no Rio Uatumã, como forma de intensificar os trabalhos de pesquisa e principalmente sensibilizar as comunidades ribeirinhas quanto à preservação, valorização, interesse e respeito pela natureza, tendo o peixe-boi como animal símbolo. Desde 2011, foram realizadas oito expedições pelos quatro municípios e por trinta comunidades ribeirinhas no Rio Uatumã. Em 2014 foi realizada a II Oficina para capacitação de professores no período de 19 a 28 de agosto, onde foram treinados 267 professores (93 de Urucará, 57 de São Sebastião do Uatumã, 65 de Itapiranga e 52 de Silves). Em dezembro foi realizada a 8ª expedição levando atividades socioeducativas para crianças e adultos em 28 comunidades do Vale do Uatumã

vii) Projeto Carnaval dos Bichos

Desde o ano de 2005, a Amazonas Energia realiza no período do carnaval, o “Carnaval dos Bichos” que visa a promover uma festa de cunho socioambiental para crianças e adolescentes residentes na Vila de Balbina. Em cada uma das edições anteriores, houve a participação ativa de mais de 200 crianças nas diversas oficinas realizadas na semana que antecede o carnaval como a criação de máscaras de animais e, em 2014, foram produzidos instrumentos musicais com materiais recicláveis, produção de sabão com óleo de cozinha, ensaio das músicas, visita monitorada ao Complexo Ambiental e contato direto com os animais e com a natureza. O encerramento do “Carnaval dos Bichos” é por meio do desfile dos blocos das crianças pelas ruas da Vila de Balbina, brincando e cantando as músicas com temática ambientais e vestidos com suas camisetas e máscaras, em uma grande celebração de educação ambiental.

viii) Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

O Programa de Restauração de Áreas Degradadas da UHE Balbina – PRAD Balbina realizou em 2014 o plantio de 8.000 mudas de espécies arbóreas (equivalente a 04 hectares) em áreas degradadas (áreas de empréstimo) na Usina Hidrelétrica de Balbina. A produção de mudas foi realizada no Viveiro Florestal do Programa que produziu no ano mais de 10.000 mudas, sendo o excedente doado para diversas instituições parceiras. Além das principais atividades desenvolvidas, o PRAD Balbina em parceria com o Centro Ambiental de Balbina desenvolveu diversas atividades socioeducativas em eventos como a Semana do Meio Ambiente, o Dia da Terra e o Dia da Árvore na Vila de Balbina e em comunidades do Ramal da Morena. O Programa auxiliou também na execução do Projeto de Educação Ambiental – PEA, nas cidades do interior do Amazonas como Anori, Anamã, Caapiranga e Codajás, e desenvolveu diversos PRADs (Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas) no processo de expansão do sistema de geração e distribuição da Amazonas Energia, nas novas Linhas de Transmissão e nas Subestações.

ix) Programa de Monitoramento da Qualidade da Água

Em 2014, o Programa de Monitoramento da Qualidade da Água na área de Influência da UHE Balbina foi executado, como em 2013, em 04 campanhas trimestrais, nos períodos de fevereiro-março, maio-junho, setembro-outubro e novembro-dezembro. A rede de monitoramento é composta de 06 estações distribuídas no reservatório e 05 estações ao longo do rio Uatumã. Esses monitoramentos são realizados através de amostras de águas coletadas em perfil no reservatório (superfície, 2xSecchi, ½ profundidade e profundidade-1) e no rio (superfície e profundidade-1), totalizando 34 amostras trimestrais e 136 amostras anuais. Os parâmetros analisados foram: alcalinidade total, cálcio, condutividade elétrica, cor verdadeira, magnésio,

nitrogênio amoniacal, oxigênio dissolvido, pH, potássio, sódio, sólidos dissolvidos totais, sólidos totais, sólidos em suspensão, temperatura e turbidez. As amostras de água coletadas no reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina estão em concordância com a qualidade dos corpos hídricos naturais da região amazônica e dos padrões de enquadramento de água doce classe 2 estabelecidos pela resolução CONAMA n.º 357/2005.

10.2.4 Outras Ações Ambientais

Foram mantidos em recintos específicos para reabilitação e posterior soltura dos animais aptos, 62 aves, entre papagaios, araras, gaviões, tucanos, corujas e passeriformes, 04 primatas e, permanecem em reabilitação, 60 mamíferos (dentre eles 53 peixes-bois-da-amazônia, ariranha, antas e cutia) além de quelônios de diversas espécies e aves, também, de diversas espécies. Foi firmado Termo de Compromisso com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, com o objetivo de ser executado o Plano de Trabalho 2014 para a manutenção e operacionalização de ações de conservação da biodiversidade na Reserva Biológica do Uatumã, que possui 938.720 hectares, abrangendo os municípios de Presidente Figueiredo, São Sebastião do Uatumã e Urucará, no Estado do Amazonas. Também foi firmado Termo de Compromisso com a Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR com objetivo de dar continuidade às ações do Centro de Tecnologia, Treinamento e Produção em Aquicultura - CTTPA e da Estação de Piscicultura de Balbina. Foram firmadas em 2014 parcerias com a Universidade Federal do Amazonas - UFAM, e com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA através do desenvolvimento de uma dissertação e uma tese de doutorado que estão em andamento.

11. GESTÃO

11 GESTÃO

11.1 Orientações Estratégicas e Direcionamentos

11.1.1 Visão, Missão e Valores

As orientações de caráter estratégico da Amazonas Energia fazem parte do Grupo Eletrobras, quais sejam:

Visão das Empresas Eletrobras: “Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores Companhias do setor elétrico.”

Visão das Empresas de Distribuição da Eletrobras: “Conquistar, até 2014, a sustentação do negócio Distribuição, alcançando os níveis de rentabilidade e de qualidade definidos pela Agência Reguladora para todas as empresas.”

Missão: “Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.”

Valores: “Foco em resultados, Empreendedorismo e Inovação, Valorização e Comprometimento das Pessoas, Ética e Transparência”.

11.1.2 Plano de Negócios

O Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG – 2014-2018 deriva-se de um arcabouço de objetivos e estratégias do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020, e contém uma carteira de projetos prioritários diretamente associados a diretrizes estratégicas, cujo desenvolvimento é imperativo, constituindo-se desta forma numa ação articulada para reagir às ameaças do ambiente externo e fraquezas do ambiente interno.

Todos os projetos do PDNG endereçam, direta ou indiretamente, pelo menos um Objetivo Estratégico Finalístico ou de Gestão e Competências do Plano Estratégico 2010-2020. Para garantir essa integridade e aderência, foram estabelecidas as diretrizes estratégicas para o ciclo do PDNG 2014-2018, que na realidade são direcionadores dos projetos. São elas: expansão sustentável e eficiência operacional.

A **expansão sustentável** objetiva preservar a liderança da Eletrobras no mercado nacional, priorizando a participação em projetos estruturantes no país, e também no exterior, estritamente pautada por critérios de seleção de empreendimentos segundo sua viabilidade técnica e econômico-financeira.

A **eficiência operacional** contempla ações de curto e médio prazo que visam a redução de custeio, o aumento de receitas e o aprimoramento da qualidade e segurança do serviço de energia elétrica.

As duas diretrizes serão suportadas, essencialmente, por meio de uma carteira de projetos que se caracteriza pelo seu alto potencial de agregação de valor. Destaca-se ainda, no arcabouço conceitual deste PDNG, a robustez da carteira de projetos ligados ao Modelo de Negócios, Governança e Gestão. Tais projetos, muitos iniciados no PDNG 2013-2017, representam a base técnica de suporte para que as diretrizes aqui propostas reflitam positivamente no Desempenho Econômico-Financeiro da companhia.

11.2 Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa baseia-se nos princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo entre suas principais características a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

A Companhia busca o desenvolvimento sustentável por meio do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de seus empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os seus acionistas, clientes, colaboradores e sociedade.

11.2.1 Assembleia Geral

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu no dia 29 de abril de 2014, ocasião em que foi aprovado o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2013, além da destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos, eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, bem como a fixação da remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva da Companhia.

Ocorreu, ainda, 01 (uma) Assembleia Geral Extraordinária, realizada dia 04/08/2014, onde houve a deliberação sobre a eleição do Senhor Radyr Gomes de Oliveira para membro do Conselho de Administração da Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

11.2.2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com atribuições previstas na Lei e no Estatuto Social da Companhia, reuniu-se 27 vezes durante o ano de 2014. Em 15/04/2014, houve a nomeação do Senhor Marcos Aurélio Madureira da Silva, para exercer o cargo de Conselheiro de Administração. Em 16/07/2014, houve a nomeação do mesmo, para exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., em substituição ao Senhor José da Costa Carvalho Neto que solicitou renúncia do cargo, assim como a nomeação do Senhor Radyr Gomes de Oliveira para o cargo de Conselheiro de Administração, a partir dessa data, até a realização da primeira Assembleia Geral.

O Colegiado é composto por seis membros, sendo que dentre eles um é o Diretor-Presidente da Companhia. Outro, é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e os demais são eleitos na forma do Estatuto Social, respeitadas as disposições legais pertinentes, conforme segue:

Membros	Representação
Marcos Aurélio Madureira da Silva (Presidente)	Eletrobras
Radyr Gomes de Oliveira	Eletrobras
Tulio Neiva Rizzo	Ministério de Minas e Energia (MME)
José Roberto de Moraes Rêgo Paiva Fernandes Júnior	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Joaquim Antônio de Carvalho Brito	Indicado pelo Estado
Francisco Paulo Almeida da Rocha	Conselheiro eleito pelos Empregados

11.2.3 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Amazonas Energia é de caráter permanente, composto por três membros titulares e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária (AGO), sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, respeitado o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº. 757, de 19 de fevereiro de 1993, todos brasileiros e domiciliados no país, observados os requisitos e impedimentos fixados pela Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, cujo mandato é de apenas um ano, porém, podendo ser reeleitos.

Em 2014, o Conselho Fiscal reuniu-se 13 vezes, para fiscalizar os atos dos administradores da Companhia, acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, assim como, pronunciar-se sobre os assuntos de sua competência.

O Colegiado é composto pelos seguintes membros:

Membros	Representação
Dalton José de Oliveira (Presidente)	Eletrobras
Rodrigo Vilella Ruiz	Eletrobras
Krisjanis Figueiroa Bakuzis	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

11.2.4 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Companhia reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria de seus membros e, extraordinariamente, mediante a convocação do Diretor-Presidente. No ano de 2014, foram realizadas 57 reuniões, objetivando assegurar o funcionamento regular da Companhia.

Em 21/01/2014, houve a eleição do Senhor Rodrigo Moreira, para exercer o cargo de Diretor de Geração, Transmissão e Operação para a Capital, atualmente, Diretor de Operação, cuja alteração da nomenclatura da Diretoria foi aprovada por meio da Deliberação DEL nº 006/2014, de 26/03/2014. Em 15/04/2014, houve os restabelecimentos dos mandatos do Senhor Luís Hiroshi Sakamoto, para exercer o cargo de Diretor de Gestão, assim como do Senhor Marcos Aurélio Madureira da Silva, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Companhia. Em 23/04/2014, houve a eleição do Senhor Paulo Roberto dos Santos Silveira, para exercer o cargo de Diretor Financeiro. Em 16/07/2014, houve a eleição do Senhor Radyr Gomes de Oliveira, para exercer o cargo de Diretor-Presidente, assim como a do Senhor Nelisson Sérgio Hoewell, para exercer o cargo de Diretor de Regulação e Projetos Especiais, em consonância com a nova modelagem de funcionamento da estrutura da alta administração da Companhia, aprovada pela Eletrobras por meio da Deliberação nº 072/2014, de 11/07/2014.

A Diretoria Executiva encerrou o exercício social de 2014, composta pelos seguintes membros:

Membros	Diretoria
Radyr Gomes de Oliveira	Presidência
Paulo Roberto dos Santos Silveira	Financeira
Luís Hiroshi Sakamoto	Gestão
Luiz Armando Crestana	Comercial
Marcos Vinícius de Almeida Nogueira	Planejamento e Expansão
Rodrigo Moreira	Operação
Nelisson Sérgio Hoewell	Regulação e Projetos Especiais

11.3 Auditoria

11.3.1 Auditoria Interna

A Auditoria Interna encontra-se vinculada ao Conselho de Administração e tem como função geral a execução de atividades inerentes à natureza e especialização de auditoria, segundo os padrões usuais aplicáveis, visando avaliar a adequação e a efetividade dos métodos e sistemas de controle interno, estabelecidos nos planos e políticas da Administração Superior da Companhia e a observância dos princípios, orientações, normas e legislação emanadas dos Organismos Externos de Controle e Fiscalização e dos Poderes da União.

Conforme estabelecido em seus normativos, a Auditoria Interna atua com independência hierárquica e funcional das áreas auditadas, tendo acesso a toda e qualquer informação, arquivo ou dependência da empresa. A execução de suas atividades está sob a coordenação do gerente, função de confiança.

11.3.2 Atividades de Controle Interno

As ações de auditoria interna da Amazonas Energia previstas para o exercício de 2014 constaram no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2014, aprovado pelo Conselho de Administração por intermédio da Deliberação n. 037/2013, de 18/12/2013.

Em síntese, as principais atividades previstas e realizadas no exercício, foram assim distribuídas: **i)** Auditoria de Processos - Foram realizados os 9 testes previstos nos diversos processos da empresa previstos no PAINT/2014, que demandaram uma carga horária de 7.369 horas, equivalentes a 23% das horas realizadas pela unidade de Auditoria no exercício e **ii)** Auditoria de Agências - Foram realizados testes nas 7 Agências previstas no PAINT/2014 - sede dos municípios e localidades - consumindo 2.727 horas, equivalente a 9% das horas efetivas realizadas.

As demais horas realizadas pela equipe de Auditoria Interna foram empregadas em atividades como: análises de auditoria solicitadas pela Alta Administração e Conselhos de Administração e Fiscal; certificação de processos - Lei Sarbanes Oxley – SOX; atendimento às diligências e follow-up - TCU, CGU, Eletrobras, KPMG e RFB; trabalhos integrados – Sistema Eletrobras; treinamento para auditores; ações de desenvolvimento institucional da Auditoria Interna; processo de prestação de contas anual; elaboração do PAINT/2015 e RAIN/2014; atividades de apoio ao gerenciamento da Auditoria e atividades de apoio administrativo.

Cabe ressaltar ainda, que ao longo do exercício, a Auditoria Interna efetuou o acompanhamento das ações promovidas ou não pelas diversas áreas auditadas em relação às recomendações e sugestões destacadas nos seus relatórios, dando conhecimento às Diretorias e Conselhos, mediante relatórios trimestrais de acompanhamento e encaminhando mensalmente aos gerentes a posição das eventuais pendências. Considerando o cumprimento das atividades previstas, nossa avaliação é positiva em relação aos resultados alcançados no exercício de 2014.

11.3.3 Acompanhamento das Ações Pelos Órgãos de Controle Externo

No decorrer do exercício de 2014, no que concerne à atuação de organismos governamentais de fiscalização, observou-se marcante atuação do TCU e CGU/AM.

Todos os processos relativos ao TCU foram acompanhados pela Companhia, inclusive o processual. Periodicamente, são expedidos relatórios à alta Administração informando, resumidamente, a situação atualizada de cada processo em tramitação no Órgão de Controle Externo, objetivando, nos casos em que couber prestar informações tempestivas de defesa em relação às não conformidades apontadas.

Quanto à CGU/Secretaria Federal de Controle Interno, cabe destacar que no exercício de 2014, o Órgão realizou além das demais diligências, a Auditoria Anual de Gestão, correspondente ao exercício de 2013, que culminou com a expedição do Relatório nº. 201407942, de 27/8/2014. Destaca-se que a Amazonas Energia apresentou tempestivamente à CGU um Plano de Providências Permanente específico para cada uma das constatações do mencionado Relatório, objetivando a remediação das impropriedades apontadas.

11.4 Lei Sarbanes-Oxley – SOX

A Eletrobras, por ter títulos mobiliários negociados no mercado financeiro dos Estados Unidos, mais especificamente na bolsa de valores de Nova Iorque, está sujeita às obrigações impostas pela SOX, incluindo todas as Companhias sob seu controle.

Uma das obrigações estabelecidas na legislação americana trata-se das informações econômicas financeiras contidas nos Demonstrativos Contábeis, exigindo que as Companhias adotem sistemáticas de documentação e de controles internos para seus processos que dão origem aos números que irão compor os relatórios apresentados aos interessados (acionistas, mercado financeiro, fornecedores, etc.).

Para tanto está em desenvolvimento o Projeto SOX, que é composto das seguintes fases: Fase 1 (Planejamento geral do projeto, compreensão da definição de controle interno, organização da equipe de trabalho e avaliação do controle interno no nível da entidade); Fase 2 (Compreensão e avaliação dos controles internos em nível de processo, transação ou aplicação); Fase 3 (Avaliação da eficácia de forma geral, identificação de pontos a serem aprimorados e estabelecimento de sistemas de monitoramento e certificação da administração sobre os controles internos).

Os processos considerados relevantes e que são objeto de adequação a Lei Americana, são selecionados em função da materialidade das principais contas contábeis da Companhia, mediante procedimento específico. Quanto às atribuições de execução do Processo SOX na Amazonas Energia, a Auditoria Interna é responsável pela coordenação das atividades dos testes da administração dos processos e pelas atividades de apoio aos testes de certificação do Auditor Externo, ficando as fases de mapeamento de processos e remediação de gaps, sob a responsabilidade da Gerência de Riscos Corporativos, Seguros e SOX – PRRS.

De acordo com a revisão de materialidade dos processos, a Amazonas Energia trabalhou 22 processos relevantes no escopo SOX no exercício de 2014, quais sejam:

Processos obrigatórios: **i)** 18 (dezoito) processos da área de Negócios: CCC3 – Gestão para o Recebimento do Reembolso da CCC, CPR1 - Compra de Energia (Longo Prazo) / PROINFA / Uso da Rede Elétrica, CPR2 – Compras no Mercado de Curto Prazo - CCEE, CTB1 – Lançamentos Manuais, CTB2 - Reconciliação/Análise de contas - Fechamento contábil mensal, CTB3 - Preparação das Demonstrações Financeiras, CTB5 – Registro e Divulgação das Estimativas Contábeis, CTG1 – Gestão do Contencioso, FIN2 - Recebimento (todas as naturezas e PCLD), FIN3 – Pagamentos (Todas as Naturezas), IMZ1 – Controle Patrimonial, MAT3 - Compras Convencionais e de Combustível/Contratos de Serviços/Gestão de Fornecedores/Recebimento, PRC1 – Previdência Complementar, REC1 - Venda de Energia, REC2 - Faturamento de Energia, TBT1 - Apuração e Obrigações Acessórias (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS), TBT2 - Apuração e Obrigações Acessórias (Retenções na Fonte: Lei 10.833, artigo 30 a 36 e INSS), TBT3 - Apuração e Obrigações Acessórias (ICMS), **ii)** 03 (três) processos de Controles Gerais de Tecnologia da Informação – TIGC: TEC1 - Gerenciamento de Mudanças, TEC2.1 - Controle de Acesso Físico e Ambiental, TEC2.2 - Controle de Acesso Lógico e TEC3 - Operações de TI, e **iii)** o processo de Controles da Alta Gestão – Entity Level.

Todos os gaps apontados tanto nos Testes de Administração, quanto pela Auditoria Externa, nos Testes de Certificação, foram tratadas no Projeto de Remediação das Deficiências, que é coordenado por um Comitê Diretivo, do qual a Auditoria Interna é membro, e cujas ações de remediação dos gaps são definidas e monitoradas junto aos gestores responsáveis.

Para a execução deste processo, a Auditoria Interna consumiu 2.271 horas no exercício de 2014, considerando as fases de testes de administração e apoio aos testes de certificação.

11.5 Tecnologia da Informação

Focada no suporte aos processos de negócio, fundamentais para o alcance das metas institucionais, a Diretoria Executiva manteve os investimentos e patrocínio das ações de tecnologia da informação e comunicações. Os resultados foram:

11.5.1 Segurança da Informação

No que tange à proteção contra ameaças e ataques cibernéticos, as tecnologias de proteção corporativas de segurança de conteúdo foram atualizadas, e amplificadas no segmento de redes e e-mail, além da própria segurança em estações clientes e servidores acarretando em maior disponibilidade dos serviços.

Foram feitas a regulamentação, aquisição e atualização de licenças Microsoft que estavam em inconformidade, garantindo uma maior segurança no parque e cobertura de garantia manutenção.

11.5.2 Melhoria de Desempenho

Os investimentos em novas licenças de banco de dados permitiram a melhoria de desempenho em diversos serviços, dentre os quais se destacam: Aumento de 75% no desempenho do Sistema Integrado de Gestão; Aumento de 55% no desempenho dos Sistemas de Folha de Pagamento e Benefícios; Redução de 89% no tempo de fechamento contábil do Sistema Comercial.

Foi iniciada a implantação do serviço de monitoramento de aplicação, com tratamento corretivo e reativo, possibilitando a rápida identificação e customização para maior desempenho das aplicações de serviços fim, tais como AJURI, SGTD, SGA, SDM entre outros.

11.5.3 Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações

Foi homologado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC contendo o planejamento das ações de 2014 a 2016 de maneira alinhada com as necessidades levantadas junto às áreas de negócio e às metas corporativas.

Criada pela Diretoria Executiva com o objetivo dar subsídio aos incidentes de segurança da informação, foi instituído em 03/07/2013, pela Resolução nº100-2013, a Equipe de Tratamento de Incidentes e Resposta a Redes Computacionais – ETIR, e efetivamente posto em operação pela designação dos membros, por meio da Portaria nº 45-2014 de 15/01/2014.

Foi criado através da circular DGT-006/2013 o Comitê de Gestão de Mudanças de TIC, com início dos trabalhos em janeiro/2014. Sua finalidade é o aprimoramento do processo de gestão de mudanças no ambiente de tecnologia da informação e telecomunicações, garantindo que as mudanças sejam registradas, avaliadas, autorizadas, priorizadas, planejadas, testadas, implementadas, documentadas e analisadas de forma controlada, considerando os riscos de falhas na mudança, com planos para reestabelecimento dos serviços de TIC em caso de falhas na mudança, avaliando o impacto das mudanças na disponibilidade e desempenho dos serviços de TIC.

11.6 Escritório de Projetos

O Escritório de Gestão de Projetos da Amazonas Energia tem se consolidado como importante assessoria à alta administração da empresa no que concerne ao acompanhamento de alguns dos seus projetos estratégicos. Atualmente, se encontra na carteira um total de 12 projetos, os quais estão relacionados abaixo, com orçamento total estimado de R\$ 247.775 mil.

Nome do Projeto	Área gestora	Valor do Projeto (R\$ Mil)
Digitalização de Redes e Qualidade de Energia	DPD	14.254
Digitalização de UC MT e BT	DCM	91.234
Substituição de Medidores Obsoletos	DCM	10.604
Telemedição de Alimentadores de Média Tensão	DCM	1.798
Regularização de UC's em áreas com PNT>50%	PLPT	82.276
Logística e Manufatura Reversa	PRM	32
Revitalização das Pontes Rolantes da UHE Balbina	DGT	5.500
Pesquisa da ABRADDEE	PRC	-
Implantação do eSocial	DGP	-
Automação da UHE Balbina	DTB	30.000
Modernização de Infraestrutura de Redes	DGT	4.451
Implantação do Núcleo de Arrecadação - NAE	DCM	7.626
Total		247.775

No primeiro semestre de 2014, o Escritório de Projetos formou a 1ª turma de gestores de projetos com um total de 44 colaboradores que estão aptos a atuarem como gestores de projetos de suas respectivas áreas. A carga horária de treinamentos e cursos disponibilizados foi de 99 horas/aula. Atualmente, outra turma com 60 colaboradores estão participando da 2ª trilha de capacitação. A trilha de capacitação está estruturada com cursos técnicos (módulos de gerenciamento de projetos) e cursos comportamentais, tais como: reunião eficaz, negociação e conflitos, coaching, liderança, etc.

O Escritório de Projetos atua desde 2012 no Programa de Remediação SOX. Em 2014, atuou no planejamento junto com os gestores indicados em mais de 100 planos de projetos os quais serviram de referência para os testes realizados pela consultoria da DELOITTE. Nesse mesmo ano iniciou as reuniões mensais de informe de progresso dos projetos para o Presidente da empresa. Na oportunidade, todos os gestores de projetos apresentam o status, progressos, planos e pontos a decidir de seus respectivos projetos para o Diretor-Presidente e Diretores.

11.7 Comunicação

Em 2014 a Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais manteve seu compromisso de empresa com transparência e com o aprimoramento das boas práticas no relacionamento com o público interno e externo. Além de permanecer lado a lado com a alta gestão exercendo seu papel de orientar no que tange ao diálogo principalmente com a imprensa.

A Assessoria divide-se em comunicação interna e externa. A interna passou por atualizações de layout de forma a chamar ainda mais a atenção do público alvo, por meio de ferramentas já conhecidas de seus usuários (intranet, Outlook, ICQ), onde foram divulgados vários assuntos relacionados a todas as áreas da empresa, dentre os quais se destacam: informativos sobre os departamentos, matérias jornalísticas, normas internas, eventos e campanhas diversas. Na comunicação externa a empresa fez uso das mídias tradicionais (jornais impressos, rádio e TV) e utilizou as mídias sociais, (Facebook e Twitter), estreitou o relacionamento com a imprensa, realizou eventos, gerenciamento da marca, publicidade legal e institucional (campanhas).

Campanhas	Período	Descrição	Estratégia
Investimentos 2014	17/02 a 31/05	Visando a divulgação dos investimentos realizados para a melhoria do fornecimento e distribuição de energia na cidade de Manaus, foi realizada a Campanha de Investimentos 2014.	Divulgação de VT's sobre investimentos realizados em todas as emissoras locais.
Minuto da Energia	27/02 a 18/03	Divulgação das ações realizadas, dicas de uso eficiente de energia, direito e deveres dos consumidores e serviços oferecidos pela empresa por meio de programas de um minuto veiculados nas rádios locais.	Utilização de spots com veiculação dos temas supracitados em todas as rádios durante o período da campanha.
Campanha Uso Adequado de Energia	02/06 a 04/07	Campanha com o objetivo de divulgar para toda a sociedade algumas dicas de uso eficiente e seguro de energia elétrica.	Veiculação de VT's com o tema em todas as emissoras locais durante o período da campanha.
Campanha de Incentivo a Adimplência	20/11 a 17/12	Teve o objetivo de divulgar prazos e condições especiais da campanha de negociação de débitos.	Veiculação de spots com o tema em todas as rádios durante o período da campanha, além da distribuição de cartazes.
Tarifa Social	17/11 a 28/11	Campanha com o objetivo de conscientizar a população a respeito do recadastramento da Tarifa Social para manutenção do benefício.	Veiculação de spots com o tema em todas as rádios durante o período da campanha.
Campanhas do Projeto Energia +	Jan/Dez	Diversas campanhas veiculadas sobre assuntos referentes aos projetos de Perdas, Novos Padrões de Entrada, entre outros.	Utilização de material institucional (cartilhas, site, entre outros) dos temas supracitados divulgados no site da empresa, mídias sociais e distribuídos à população durante o período das campanhas.

No que diz respeito aos objetivos da comunicação interna trabalhamos na valorização dos funcionários, integrando todos os setores, motivando-os a construir um ambiente harmônico, com sólidas relações pessoais por meio de diversas campanhas e eventos internos promovidos pelos próprios departamentos.

A gestão da assessoria de imprensa administrou a relação da empresa com a imprensa local e entidades de classe, acompanhando a diretoria em visitas de cortesia e reuniões externas, monitorando as notícias negativas e positivas veiculadas na mídia e redes sociais, apresentando as ações positivas da empresa por meio de releases ou sugestões de pautas, realizando entrevistas e coletivas de imprensa, dentre diversas atividades.

Vale destacar, que durante os últimos anos, a empresa conseguiu melhorar seu relacionamento com a imprensa através de ações de aproximação, como visitas de cortesia e entrevistas com o corpo gerencial da Amazonas Energia. Como reflexo desse bom relacionamento com a mídia a maioria dos releases jornalísticos foi publicados nos principais veículos de comunicação de forma espontânea, ou seja, sem nenhum valor desembolsado pela empresa.

A missão da Assessoria de Comunicação é levar informação atualizada e em tempo real para o público interno e externo, assim como criar meios de interatividade com o objetivo de estreitar o relacionamento com a população do Estado do Amazonas.

Comprometida com a transparência na gestão pública, a Amazonas Energia divulga em seu site (www.eletrabrasamazonas.com) os links “*Processos de Contas Anuais*” onde são apresentados os Relatórios de Gestão da empresa, “*Acesso à Informação*” contendo dados de interesse coletivo com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública e “*Carta de Serviços ao Cidadão*”, onde são disponibilizados todos os procedimentos comerciais necessários à realização do atendimento ao cliente.

12. PRÊMIOS CONQUISTADOS

12 PRÊMIOS CONQUISTADOS

12.1 Prêmio IASC

A Amazonas Energia está focada em uma atuação proativa, objetivando antecipar o quanto possível o atendimento às demandas e, conseqüentemente, melhorar a imagem da Distribuidora perante os consumidores. Esse esforço foi recompensado em 2014, com o recebimento do prêmio Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC-2014), como a melhor distribuidora da Região Norte. Anualmente a Amazonas Energia participa da pesquisa de satisfação com consumidores residenciais no Amazonas. Em 2014 o índice cresceu para 78,4, apresentando um acréscimo de 7,1 pontos em relação ao ano passado. Os dados refletem uma satisfação ainda maior dos consumidores com o serviço de distribuição de energia elétrica no Amazonas. A pesquisa de satisfação é realizada anualmente desde 1999, onde 70 perguntas são utilizadas para calcular o Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP). A Amazonas Energia participa da análise desde 2009. O estudo serve para as empresas do setor elétrico alinharem suas políticas de qualidade e buscarem sanar as falhas existentes. Essa percepção do cliente retrata o reconhecimento dos esforços da Distribuidora para aperfeiçoar seus serviços e melhor atender seus clientes com transparência e credibilidade.

12.2 PRÊMIO WEPs BRASIL 2014

A Amazonas Energia recebeu o certificado de finalista no PRÊMIO WEPs BRASIL 2014 (Empresas Empoderando Mulheres), disputado com 32 empresas, entre as 186 inscritas e foi premiada com a Menção Honrosa: Princípio 3 – BEM ESTAR NO LOCAL DE TRABALHO – Categoria Grandes Empresas. A premiação aconteceu em 30/03/2014 no Teatro Positivo em Curitiba - PR, onde a empresa foi representada pelo Macroprocesso Alexandre Benjamim da Eletrobras Holding. A iniciativa do Prêmio WEPs Brasil, tem como objetivo incentivar e reconhecer as empresas que promovem a cultura da equidade de gênero e empoderamento da mulher no Brasil e tem a chancela da Organização das Nações Unidas - ONU.

12.3 Certificado de Empresa Cidadã

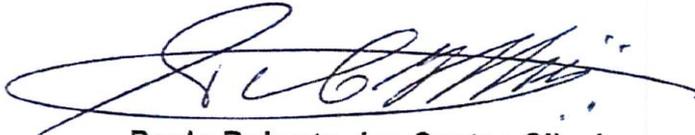
A Amazonas Energia recebeu o “Certificado de Empresa Cidadã”, em 26/11/2014, concedido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRCRJ), pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e pela Federação do Comércio do Estado. O Prêmio foi recebido pela Contadora Maria Suely da Silva Oliveira, responsável pela Contabilidade da empresa, onde na oportunidade recebeu o Certificado de Mérito – Empresa Cidadã. O Certificado foi entregue como reconhecimento da qualidade das informações contábeis e socioambientais apresentadas no Balanço Social da empresa, referente ao exercício social de 2013.

13. BALANÇO SOCIAL

13 BALANÇO SOCIAL

Balanço Social Anual / 2014 Empresa: Amazonas Distribuidora de Energia S/A							 www.ibase.br
1 - Base de Cálculo	2014 Valor (Mil reais)			2013 Valor (Mil reais) (Reapresentado)			
Receita líquida (RL)	3.630.224			2.711.484			
Resultado operacional (RO)	-342.734			-1.464.211			
Folha de pagamento bruta (FPB)	184.689			207.480			
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação	31.961	17,31%	0,88%	26.970	13,00%	0,99%	
Encargos sociais compulsórios	83.636	45,28%	2,30%	79.545	38,34%	2,93%	
Previdência privada	7.139	3,87%	0,20%	6.653	3,21%	0,25%	
Saúde	21.799	11,80%	0,60%	25.428	12,26%	0,94%	
Segurança e saúde no trabalho	2	0,00%	0,00%	1	0,00%	0,00%	
Educação	3.133	1,70%	0,09%	3.207	1,55%	0,12%	
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.510	0,82%	0,04%	1.555	0,75%	0,06%	
Creches ou auxílio-creche	1.334	0,72%	0,04%	1.225	0,59%	0,05%	
Participação nos lucros ou resultados	17.324	9,38%	0,48%	20.463	9,86%	0,75%	
Outros	3.884	2,10%	0,11%	3.562	1,72%	0,13%	
Total - Indicadores sociais internos	171.722	92,98%	4,73%	168.609	81,27%	6,22%	
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	
Educação	492	-0,14%	0,01%	878	-0,06%	0,03%	
Cultura	34	-0,01%	0,00%	57	0,00%	0,00%	
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Total das contribuições para a sociedade	526	-0,15%	0,01%	935	-0,06%	0,03%	
Tributos (excluídos encargos sociais)	655.243	-191,18%	18,05%	513.180	-35,05%	18,93%	
Total - Indicadores sociais externos	655.769	-191,33%	18,06%	514.115	-35,11%	18,96%	
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	1.705	-0,50%	0,05%	2.625	-0,18%	0,10%	
Investimentos em programas e/ou projetos externos	7.978	-2,33%	0,22%	0	0,00%	0,00%	
Total dos investimentos em meio ambiente	9.683	-2,83%	0,27%	2.625	-0,18%	0,10%	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) cumpre de 51 a 75%			(X) cumpre de 51 a 75%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014			2013			
Nº de empregados(as) ao final do período	2.110			2.129			
Nº de admissões durante o período	10			0			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.740			2.885			
Nº de estagiários(as)	69			104			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.092			1.040			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	323			329			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	22,10%			23,74%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	897			24			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	49,47%			1,80%			
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	4			4			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014 Valor (Mil reais)			Metas 2015			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	27,61			26,5			
Número total de acidentes de trabalho	7			0			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção e gerências			(X) direção e gerências			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) todos(as) + Cipa			(X) todos(as) + Cipa			
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	(X) incentiva e segue a OIT			(X) incentiva e segue a OIT			
A previdência privada contempla:	(X) todos(as) empregados(as)			(X) todos(as) empregados(as)			
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) todos(as) empregados(as)			(X) todos(as) empregados(as)			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) são sugeridos			(X) são sugeridos			
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(X) organiza e incentiva			(X) organiza e incentiva			
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa: 423.128	no Procon: 823	na Justiça: 1.903	na empresa: 296.000	no Procon: 700	na Justiça: 1.700	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 94,08 %	no Procon 17,19%	na Justiça 15,6%	na empresa 95%	no Procon 35 %	na Justiça 26%	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014 : R\$ 2.612.007			Em 2013: R\$ 747.437			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	28,29% governo 0% acionistas	10,44 % colaboradores(as) 74,39% terceiros (13,12)% retido		79,30% governo 39,67% colaboradores(as) 163,58% terceiros	0% acionistas (182,56)% retido		
7 - Outras Informações	ISE 2014: A Eletrobras Amazonas Energia manteve sua participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE/Bovespa) em 2014. Afirmamos por meio do ISE o compromisso da empresa em contribuir para a consolidação de um ambiente de investimento, alinhado com a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e compatível com as demandas da sociedade.						
	Relatório de Sustentabilidade no padrão GRI: A Eletrobras Amazonas Energia elabora em conjunto com outras empresas do Sistema Eletrobras seu relatório de Sustentabilidade no padrão Global Reporting Initiative (GRI), modelo considerado padrão internacional de relatórios de Sustentabilidade além de mais completo e abrangente.						
	Pacto Global: A Eletrobras Amazonas Energia é signatário do Pacto Global e apóia os Dez Princípios relacionados a Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Proteção do Meio Ambiente e Combate à Corrupção em todas as suas formas.						


Radyr Gomes de Oliveira
Diretor – Presidente


Paulo Roberto dos Santos Silveira
Diretor Financeiro


Luis Hiroshi Sakamoto
Diretor de Gestão


Luiz Armando Crestana
Diretor Comercial


Marcos Vinicius de Almeida Nogueira
Diretor de Planejamento e Expansão


Rodrigo Moreira
Diretor de Operação


Nelisson Sérgio Hoewell
Diretor de Regulação e Projetos Especiais